

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	70

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.735.259
Preferenciais	1.007.470.260
Total	1.511.205.519
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	24.914.480	20.508.000
1.01	Ativo Circulante	2.970.923	3.296.187
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.396.323	1.800.757
1.01.01.01	Caixas e Bancos	5.425	17.785
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.390.898	1.782.972
1.01.03	Contas a Receber	1.170.895	1.250.811
1.01.03.01	Clientes	1.170.895	1.250.811
1.01.04	Estoques	75.738	73.183
1.01.06	Tributos a Recuperar	175.775	26.298
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	175.775	26.298
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	152.192	145.138
1.01.08.03	Outros	152.192	145.138
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	99.291	96.569
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	17.683	22.451
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	35.218	26.118
1.02	Ativo Não Circulante	21.943.557	17.211.813
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.698.617	5.271.497
1.02.01.04	Contas a Receber	120.725	161.063
1.02.01.04.01	Clientes	120.725	161.063
1.02.01.07	Tributos Diferidos	987.570	787.118
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	987.570	787.118
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.590.322	4.323.316
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	134.629	134.987
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	294.675	436.056
1.02.01.10.07	Ativos Financeiros Contratuais	732.686	850.582
1.02.01.10.08	Ativo de Contrato	3.234.567	2.777.922
1.02.01.10.09	Precatórios a Receber	4.072.831	0
1.02.01.10.10	Outros Créditos	120.934	123.769
1.02.02	Investimentos	2.144	2.184
1.02.02.01	Participações Societárias	2.144	2.184
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.144	2.184
1.02.03	Imobilizado	336.991	348.623
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	226.359	216.485
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	110.632	132.138
1.02.04	Intangível	11.905.805	11.589.509
1.02.04.01	Intangíveis	11.905.805	11.589.509
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	11.737.793	11.420.154
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	168.012	169.355

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	24.914.480	20.508.000
2.01	Passivo Circulante	2.452.965	1.850.428
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	303.425	166.802
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	303.425	166.802
2.01.02	Fornecedores	339.296	331.691
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	339.296	331.691
2.01.03	Obrigações Fiscais	117.590	111.687
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	115.046	108.981
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	115.046	108.981
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.544	2.706
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	879.451	584.638
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	259.211	261.702
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	243.988	231.123
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.223	30.579
2.01.04.02	Debêntures	513.732	201.954
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	106.508	120.982
2.01.04.03.01	Arrendamentos	106.381	118.345
2.01.04.03.02	Parceria Público-Privada PPP	127	2.637
2.01.05	Outras Obrigações	550.677	457.577
2.01.05.02	Outros	550.677	457.577
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	378.542	318.066
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	2.630	2.440
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	3.560	3.560
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	165.945	133.511
2.01.06	Provisões	262.526	198.033
2.01.06.02	Outras Provisões	262.526	198.033
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	77.977	76.091
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	184.549	121.942
2.02	Passivo Não Circulante	10.677.209	7.828.865
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.818.621	6.046.697
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.793.978	2.657.562
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.580.333	2.477.358
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	213.645	180.204
2.02.01.02	Debêntures	2.671.387	3.020.079
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	353.256	369.056
2.02.02	Outras Obrigações	3.195.309	97.179
2.02.02.02	Outros	3.195.309	97.179
2.02.02.02.03	Empreiteiros e Fornecedores	126.915	4.730
2.02.02.02.04	Receitas a Apropriar	2.373	4.153
2.02.02.02.05	Passivo Regulatório	2.977.810	0
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	88.211	88.296
2.02.04	Provisões	1.663.279	1.684.989
2.02.04.02	Outras Provisões	1.663.279	1.684.989
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.091.673	1.065.280

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04.02.05	Provisões	571.606	619.709
2.03	Patrimônio Líquido	11.784.306	10.828.707
2.03.01	Capital Social Realizado	5.996.137	5.996.137
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	5.996.137	5.996.137
2.03.03	Reservas de Reavaliação	44.141	46.067
2.03.03.01	Ativos Próprio	44.141	46.067
2.03.04	Reservas de Lucros	4.498.839	4.594.712
2.03.04.01	Reserva Legal	152.430	152.430
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.716	11.716
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	95.873
2.03.04.10	Plano de Investimentos	4.334.693	4.334.693
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.053.486	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.913	4.001
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	187.790	187.790

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.705.371	3.510.604	1.664.252	3.362.264
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-723.355	-1.564.841	-735.623	-1.421.453
3.03	Resultado Bruto	982.016	1.945.763	928.629	1.940.811
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-599.993	-599.143	-421.755	-793.160
3.04.01	Despesas com Vendas	-164.503	-389.912	-140.947	-259.756
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-249.532	-778.815	-299.049	-540.375
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	507	2.058.957	853	1.089
3.04.04.01	Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	0	2.055.758	0	0
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	507	3.199	853	1.089
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-186.465	-1.489.373	17.388	5.882
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-113.039	48.103	66.321	97.817
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14.140	-28.279	-12.516	-25.031
3.04.05.03	Provisão Passivo Regulatório	-47.900	-1.402.708	0	0
3.04.05.04	Programa de Participação nos Resultados	-10.063	-102.474	-28.732	-57.753
3.04.05.05	Outras Despesas Operacionais	-1.323	-4.015	-7.685	-9.151
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	382.023	1.346.620	506.874	1.147.651
3.06	Resultado Financeiro	-180.684	4.069	-53.096	-127.624
3.06.01	Receitas Financeiras	240.017	2.405.719	104.810	187.484
3.06.02	Despesas Financeiras	-420.701	-2.401.650	-157.906	-315.108
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-381.533	-577.200	-157.906	-315.108
3.06.02.02	Provisão Passivo Regulatório	-39.168	-1.575.102	0	0
3.06.02.03	Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	0	-249.348	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	201.339	1.350.689	453.778	1.020.027
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	62.509	121.152	-78.182	-265.079
3.08.01	Corrente	-44	-79.300	-33.467	-226.444
3.08.02	Diferido	62.553	200.452	-44.715	-38.635
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	263.848	1.471.841	375.596	754.948

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	263.848	1.471.841	375.596	754.948
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,18005	1,00439	0,25631	0,51518
3.99.01.02	ON	0,16368	0,91308	0,23301	0,46834
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,18005	1,00439	0,25631	0,51518
3.99.02.02	ON	0,16368	0,91308	0,23301	0,46834

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	263.848	1.471.841	375.596	754.948
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-972	-2.014	-1.117	-2.176
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-1.440	-2.918	-1.592	-3.159
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	490	992	541	1.074
4.02.03	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-34	-134	-100	-138
4.02.04	Tributos sobre Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	12	46	34	47
4.03	Resultado Abrangente do Período	262.876	1.469.827	374.479	752.772

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.428.310	1.233.061
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.435.246	1.366.019
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.471.841	754.948
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	305.255	270.632
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	4.944	6.428
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-2.770	-909
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente - Ativos Financeiros	167.003	-15.913
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	146.182	61.105
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquido	-200.452	38.635
6.01.01.09	Provisão para Contingências	-48.103	-97.817
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	28.279	25.031
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	261.596	238.358
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	78.183	56.022
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamento	24.026	23.392
6.01.01.14	Juros e Atualizações Monetárias PPP	211	0
6.01.01.15	Variações Cambiais, líquidas	-341	11.065
6.01.01.16	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	10.701	-8.049
6.01.01.17	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	3.170	3.183
6.01.01.18	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	40	-92
6.01.01.19	Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	185.481	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.006.936	-132.958
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-25.928	-4.344
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-149.477	-81.998
6.01.02.03	Estoques	-2.555	-5.827
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	141.381	71.739
6.01.02.05	Precatórios a Receber	-4.258.312	0
6.01.02.06	Outros Créditos e Contas a Receber	-2.332	-77.976
6.01.02.07	Empreiteiros e Fornecedores	129.790	-17.207
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	131.315	222.236
6.01.02.10	Salários e Encargos a Pagar	199.230	-4.369
6.01.02.11	Cauções e Retenções Contratuais	190	44
6.01.02.12	Receitas a Apropriar	-1.780	-1.780
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-168.752	-280.788
6.01.02.14	Passivo Regulatório	2.977.810	0
6.01.02.15	Outras Contas a Pagar	22.484	47.312
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.085.356	-871.347
6.02.01	Aplicação no Imobilizado, Intangível e Ativo de Contrato	-1.085.356	-871.347
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-747.388	-207.886
6.03.01	Financiamentos Obtidos	228.353	867.548
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-220.408	-346.663
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-253.542	-211.482
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos	-70.863	-58.291
6.03.05	Pagamentos de PPP	-16.137	0
6.03.06	Custo na Captação de Recursos de Terceiros	0	-4.906

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.03.07	Depósitos Vinculados	-2.364	-50.896
6.03.08	Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	-412.427	-403.196
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-404.434	153.828
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.800.757	1.285.158
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.396.323	1.438.986

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-95.873	-420.369	0	-516.242
5.04.06	Dividendos	0	0	-95.873	0	0	-95.873
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-420.369	0	-420.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.473.855	-2.014	1.471.841
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.471.841	0	1.471.841
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.014	-2.014	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	2.918	-2.918	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Realização	0	0	0	-992	992	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	134	-134	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-46	46	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	4.498.839	1.053.486	235.844	11.784.306

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	3.507.386	0	240.677	9.744.200
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	3.507.386	0	240.677	9.744.200
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-95.326	-224.020	0	-319.346
5.04.06	Dividendos	0	0	-95.326	0	0	-95.326
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-224.020	0	-224.020
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	757.124	-2.176	754.948
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	754.948	0	754.948
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.176	-2.176	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	3.159	-3.159	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.074	1.074	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	138	-138	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-47	47	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	3.412.060	533.104	238.501	10.179.802

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	5.685.646	3.551.153
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.776.886	3.620.320
7.01.02	Outras Receitas	2.054.942	-8.062
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-146.182	-61.105
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.575.592	-987.418
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-499.299	-467.429
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-684.801	-573.171
7.02.04	Outros	-1.391.492	53.182
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.110.054	2.563.735
7.04	Retenções	-305.255	-270.632
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-305.255	-270.632
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.804.799	2.293.103
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.517.050	187.484
7.06.02	Receitas Financeiras	2.517.050	187.484
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.321.849	2.480.587
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.321.849	2.480.587
7.08.01	Pessoal	1.064.836	763.641
7.08.01.01	Remuneração Direta	485.953	416.511
7.08.01.02	Benefícios	549.336	319.297
7.08.01.03	F.G.T.S.	29.547	27.833
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	379.152	643.038
7.08.02.01	Federais	369.862	634.780
7.08.02.02	Estaduais	477	470
7.08.02.03	Municipais	8.813	7.788
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.406.020	318.960
7.08.03.01	Juros	2.401.650	315.108
7.08.03.02	Aluguéis	4.370	3.852
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.471.841	754.948
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	420.369	224.020
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.051.472	530.928

Comentário do Desempenho

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 MERCADO

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 30 de junho de 2025:

Contratos (% da Receita Total)				Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remascente de concessão	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Esgoto
Curitiba	22,0%	22,9 anos	Água e Esgoto	100%	99,3%	851,4	842,0
Londrina	7,1%	22,9 anos	Água e Esgoto	100%	99,3%	260,6	261,2
Maringá	5,3%	15,2 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	177,0	199,2
Cascavel	3,8%	22,9 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	140,1	154,8
Foz do Iguaçu	3,6%	22,9 anos	Água e Esgoto	100%	83,9%	125,8	106,1
Ponta Grossa	3,1%	22,9 anos	Água e Esgoto	100%	92,6%	167,3	154,1
São José dos Pinhais	2,9%	22,9 anos	Água e Esgoto	100%	89,5%	124,3	109,5
Colombo	1,8%	22,9 anos	Água e Esgoto	100%	77,5%	89,1	68,8
Guarapuava	1,7%	22,9 anos	Água e Esgoto	100%	88,9%	74,0	64,2
Toledo	1,6%	22,9 anos	Água e Esgoto	100%	93,3%	67,0	61,3
Demais Municípios	47,1%					2.279,3	1.505,4
Totais				100,0%	81,7%	4.355,9	3.526,6

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e o índice de atendimento com rede coletora de esgoto – IARCE Urbano é de 81,7%, sendo tratado 100% do esgoto coletado, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,7% do total de ligações de água existentes em 30 de junho de 2025.

O número de ligações de água em junho de 2025 é 1,2% superior ao número de ligações existentes em junho de 2024, representando um incremento de 41.379 ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água*	JUN/25 (1)	%	JUN/24 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	3.179.129	90,7	3.146.063	90,8	1,1
Comercial	259.918	7,4	252.468	7,3	3,0
Industrial	13.807	0,4	13.686	0,4	0,9
Utilidade Pública	24.991	0,7	24.784	0,7	0,8
Poder Público	28.365	0,8	27.830	0,8	1,9
Totais	3.506.210	100,0	3.464.831	100,0	1,2

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

O número de ligações de esgoto em junho de 2025 é 2,8% superior ao número de ligações existentes em junho de 2024, representando acréscimo de 70.964 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto*	JUN/25 (1)	%	JUN/24 (2)	%	Var.% (1/2)
Residencial	2.360.074	90,4	2.298.092	90,4	2,7
Comercial	211.277	8,1	203.497	8,0	3,8
Industrial	6.680	0,2	6.440	0,3	3,7
Utilidade Pública	17.123	0,7	16.699	0,7	2,5
Poder Público	16.562	0,6	16.024	0,6	3,4
Totais	2.611.716	100,0	2.540.752	100,0	2,8

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

1.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

No 2T25, o volume medido de água tratada foi de 136,1 milhões de m³, contra 138,4 milhões de m³ no 2T24, representando um decréscimo de -1,7%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Medido de Água - milhões de m ^{3*}	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	114,8	117,2	-2,0	241,1	239,7	0,6
Comercial	11,1	11,2	-0,9	22,7	22,4	1,3
Industrial	3,2	3,0	6,7	6,4	5,9	8,5
Utilidade Pública	1,4	1,5	-6,7	2,9	2,9	0,0
Poder Público	5,6	5,5	1,8	10,8	10,4	3,8
Totais	136,1	138,4	-1,7	283,9	281,3	0,9

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

No 2T25 o volume faturado de água tratada foi de 142,2 milhões de m³, contra 144,3 milhões de m³ no 2T24, representando um decréscimo de -1,5%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Água - milhões de m ^{3*}	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	120,0	122,3	-1,9	250,4	249,4	0,4
Comercial	12,1	12,1	0,0	24,7	24,3	1,6
Industrial	3,2	3,0	6,7	6,5	5,9	10,2
Utilidade Pública	1,2	1,3	-7,7	2,4	2,4	0,0
Poder Público	5,7	5,6	1,8	11,0	10,6	3,8
Totais	142,2	144,3	-1,5	295,0	292,6	0,8

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

O volume faturado de esgoto no 2T25 apresentou um aumento de 0,1% em comparação ao 2T24, conforme demonstrado a seguir:

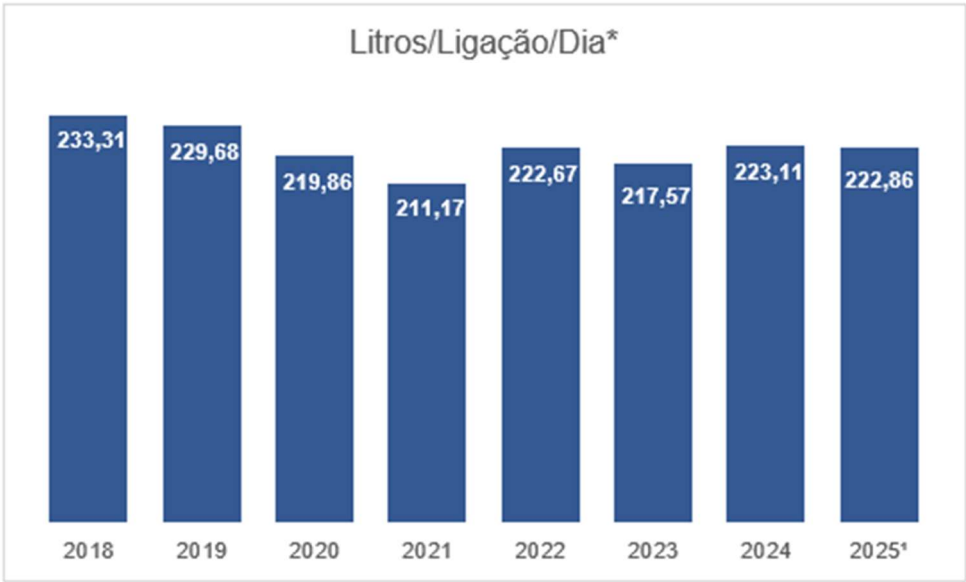
Volume Faturado de Esgoto - milhões de m ^{3*}	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	97,5	97,6	-0,1	202,0	197,7	2,2
Comercial	11,6	11,5	0,9	23,7	22,9	3,5
Industrial	1,0	1,0	0,0	2,1	1,9	10,5
Utilidade Pública	1,1	1,1	0,0	2,1	2,1	0,0
Poder Público	4,5	4,4	2,3	8,7	8,3	4,8
Totais	115,7	115,6	0,1	238,6	232,9	2,4

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO

O Índice de Perdas por Ligação calculado no padrão SINISA considera o volume de perdas de água definido como a diferença entre o volume produzido, o balanço entre o volume exportado e importado, e o volume micro medido nos hidrômetros, excluindo o volume de serviço (operacional, recuperado e especial), sendo apresentado acumulado para um período de 12 meses.



* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes;
(1) Valores acumulados dos últimos 12 meses.

Água*	JUN/25 (1)	JUN/24 (2)	Var. (1/2)	JUN/23 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.355.855	4.300.025	1,3 %	4.265.263	0,8 %
Nº de estações de tratamento	168	168	0,0 %	168	0,0 %
Nº de poços	1.215	1.195	1,7 %	1.271	-6,0 %
Nº de captações de superfície	224	228	-1,8 %	233	-2,1 %
Km de rede assentada	62.913	61.875	1,7 %	60.646	2,0 %
Volume Produzido (m³)	433.599.882	426.924.013	1,6 %	403.552.898	5,8 %
Perdas no faturamento - %	31,96	31,46	0,50 p.p.	31,39	0,07 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	0,81	1,13	-0,32 p.p.	-2,41	3,54 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Esgoto*	JUN/25 (1)	JUN/24 (2)	Var. (1/2)	JUN/23 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.526.575	3.429.423	2,8 %	3.337.263	2,8 %
Nº de estações de tratamento	269	267	0,7 %	264	1,1 %
Km de rede assentada	43.844	42.739	2,6 %	41.485	3,0 %
Volume coletado em m³	228.106.990	222.533.517	2,5 %	206.404.713	7,8 %

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

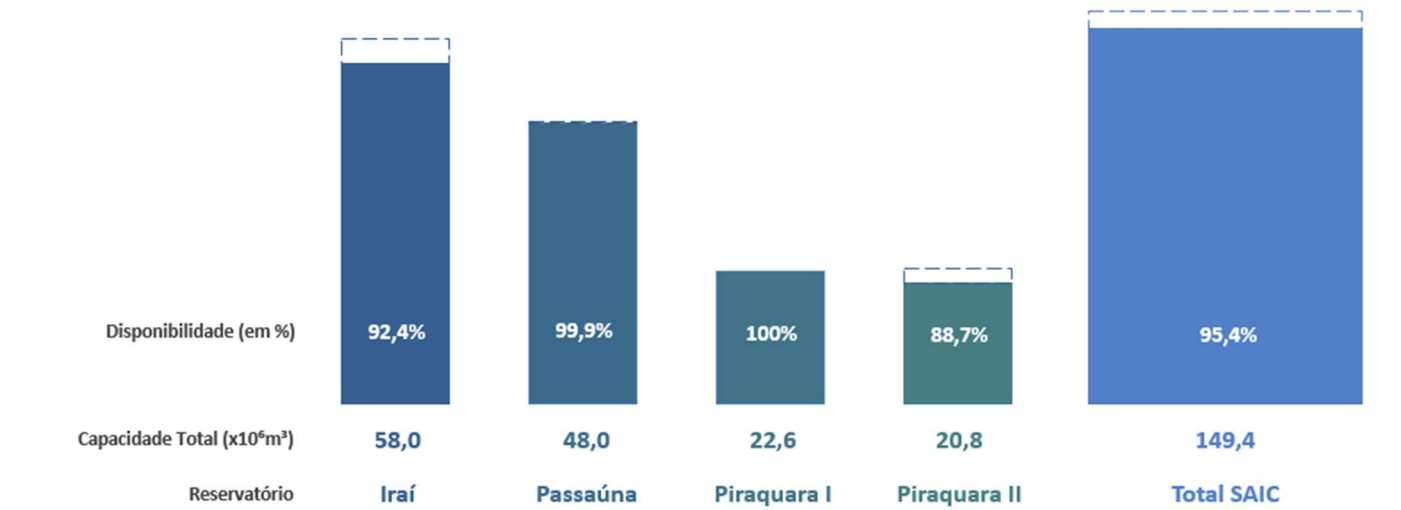
Comentário do Desempenho

VOLUMES DISPONÍVEIS

No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

As barragens da Sanepar são consideradas de médio porte quanto ao volume de armazenamento, porém de grande porte devido à altura/profundidade superiores a 15 metros. Em 30 de junho de 2025, o volume médio de reservação, estava em 95,4% (100,0% em 31/12/2024).



* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

2. DADOS FINANCEIROS

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Receita de Água	1.086,7	1.058,1	2,7	2.241,8	2.153,8	4,1
Receita de Esgoto	692,0	675,8	2,4	1.417,7	1.353,4	4,8
Receita de Serviços	32,3	34,8	-7,2	69,0	68,8	0,3
Receita de Resíduos Sólidos	5,7	3,9	46,2	9,8	7,8	25,6
Serviços Prestados aos Municípios	6,6	6,4	3,1	13,0	12,8	1,6
Doações Efetuadas por Clientes	6,7	10,1	-33,7	19,8	20,6	-3,9
Outras Receitas	3,2	1,6	100,0	5,8	3,1	87,1
Total Receita Operacional	1.833,2	1.790,7	2,4	3.776,9	3.620,3	4,3
COFINS	-105,0	-104,0	1,0	-218,8	-212,3	3,1
PASEP	-22,8	-22,4	1,8	-47,5	-45,7	3,9
Totais das Deduções	-127,8	-126,4	1,1	-266,3	-258,0	3,2
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.705,4	1.664,3	2,5	3.510,6	3.362,3	4,4

A receita operacional líquida aumentou 2,5%, passando de R\$1.664,3 milhões no 2T24 para R\$1.705,4 milhões no 2T25, este aumento é decorrente de: (i) revisão tarifária de 3,7753% a partir de 17 de maio de 2025; (ii) reajuste tarifário de 2,9577% a partir de 17 de maio de 2024, impactando integralmente em 2025; (iii) crescimento do volume faturado de esgoto; e (iv) do aumento no número de ligações.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas (Receitas) Operacionais R\$ milhões	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Pessoal	-379,3	-424,2	-10,6	-1.069,7	-807,7	32,4
Materiais	-79,1	-81,1	-2,5	-161,1	-157,5	2,3
Energia Elétrica	-104,3	-142,2	-26,7	-211,1	-285,1	-26,0
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-11,1	-11,8	-5,9	-25,8	-17,8	44,9
Serviços de Terceiros	-288,0	-255,0	12,9	-561,2	-486,9	15,3
Depreciações e Amortizações	-154,0	-137,2	12,2	-305,3	-270,6	12,8
Perdas na Realização de Créditos	-63,6	-31,2	103,8	-146,2	-61,1	139,3
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Ambiental	-37,1	-35,6	4,2	-72,0	-70,2	2,6
Taxa de Regulação	-9,6	-9,1	5,5	-19,2	-18,3	4,9
Doações Incentivadas (IRPJ)	-5,9	0,0	-	-8,1	0,0	-
Indenizações por Danos a Terceiros	-7,1	-42,2	-83,2	-28,6	-43,0	-33,5
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	-0,6	-7,2	-91,7	-4,4	-7,2	-38,9
Despesas Capitalizadas	31,3	28,9	8,3	61,8	57,5	7,5
Provisões para Contingências	-113,0	66,3	-270,4	48,1	97,8	-50,8
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14,2	-12,5	13,6	-28,3	-25,0	13,2
Programa de Participação nos Resultados	-10,1	-28,8	-64,9	-102,5	-57,8	77,3
Receita de Venda de Ativos	0,4	0,7	-42,9	3,0	0,9	233,3
Baixas de Ativos	-1,0	-4,4	-77,3	-2,2	-5,6	-60,7
Outros Custos e Despesas	-25,5	-30,9	-17,5	-62,1	-57,1	8,8
Subtotal	-1.271,8	-1.157,5	9,9	-2.694,9	-2.214,7	21,7
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	0,0	0,0	-	2.055,8	0,0	-
Provisão Passivo Regulatório/Honorários Advocatícios	-51,5	0,0	-	-1.524,9	0,0	-
Total Custos e Despesas (Receitas) Operacionais	-1.323,3	-1.157,5	14,3	-2.164,0	-2.214,7	-2,3

Os custos e despesas operacionais tiveram um aumento no 2T25 de 14,3% em relação ao 2T24. As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

Pessoal

Redução de 10,6%, principalmente pelo registro de Indenizações Trabalhistas registradas no 2T25 no montante de R\$37,0 milhões, 59,0% inferior aos valores registrados no 2T24 (R\$90,3 milhões) e também pela redução no número de empregados que passou de 6.084 no 2T24 para 5.829 no 2T25, em função do Plano de Demissão Voluntária (PDV).

Materiais

Redução de 2,5%, principalmente em material de tratamento (redução de 1,9%), que representa 62,3% do total da rubrica de materiais no trimestre, e também em material de conservação e manutenção de bens administrativos (89,3%) e material de operação de sistemas (26,7%).

Energia Elétrica

Redução de 26,7%, principalmente pelo reflexo da migração de 779 unidades consumidoras operacionais da Companhia para o Mercado Livre de Energia até o 2T25.

Serviços de Terceiros

Aumento de 12,9%, principalmente em serviços de vigilância (aumento de 55,3%), serviços de manutenção de redes (aumento de 7,1%), serviços de cadastro e faturamento (aumento de 23,6%), serviços técnicos operacionais (aumento de 36,9%) e serviços de operação e manutenção de estações de tratamento e elevatórias de esgoto (aumento de 9,4%).

Comentário do Desempenho

Depreciações e Amortizações

Acréscimo de 12,2%, pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de julho de 2024 a junho de 2025, no montante de R\$1.762,6 milhões (líquido das baixas).

Perdas na Realização de Créditos

Aumento de 103,8%, ocasionado principalmente pelo complemento de perdas esperadas para reconhecimento do efeito vagão de contas vencidas de clientes que possuem saldo de parcelamentos, refletindo na base comparativa do período anterior.

Indenizações por Danos a Terceiros

Diminuição de 83,2%, impacto na base comparativa em decorrência principalmente do reconhecimento no resultado do 2T24 de baixas definitivas de ações cíveis no valor de R\$42,2 milhões, relacionadas com: (i) encerramento de ações judiciais que questionavam valores tarifários praticados pela Companhia movidas por condomínios residenciais de municípios do Litoral do Paraná e Foz do Iguaçu, no valor de R\$14,3 milhões; (ii) ação judicial de indenização por acidente de trânsito ocorrido em dezembro de 2003, em decorrência de vazamento de água, que causou desmoronamento do talude, ocasionando lançamento de lama na rodovia no valor de R\$13,2 milhões; e (iii) reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$5,1 milhões com empresa fornecedora de produtos químicos, as quais estavam registradas como provisões contingenciais passivas.

Provisões para Contingências

Aumento de 270,4%, principalmente devido: a) Provisão complementar e novas ações trabalhistas no valor de R\$53,4 milhões, cujos objetos decorrem principalmente de: i) horas extras, sobreavisos; (ii) ações movidas pelo Sindicato dos Engenheiros – SENGE referente diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR; (iii) Descanso Semanal Remunerado - DSR; (iv) equiparação salarial; e (v) Integração salarial do vale alimentação, compensada pela reversão de provisões no montante de R\$12,7 milhões motivada pelas baixas parciais e definitivas, mudança de probabilidade de perda ou arquivamento processual de ações trabalhistas; e b) Complemento de provisões cíveis no montante de: i) R\$54,0 milhões referente ação movida pela Construtora Itaú relativa a reequilíbrio econômico-financeiro de Contrato de Obra; e ii) R\$18,6 milhões referente a atualização dos valores provisionados de ações cíveis devido a decisões judiciais, bem como o registro de 19 novas ações no período, compensado pela redução das provisões cíveis (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$1,3 milhão, principalmente pelo encerramento e baixas de ações judiciais de indenização por danos morais e materiais, dentre elas destacam-se as indenizações por corte, cobranças indevidas e refluxos de esgoto. Em contrapartida no 2T24 ocorreram reversões de ações trabalhistas no montante de R\$76,4 milhões e cíveis no montante de R\$46,9 milhões.

Programa de Participação nos Resultados – PPR

Redução de 64,9% relacionado principalmente pela diminuição do lucro líquido do 2T25 em comparação ao 2T24, além do registro no 2T25 de reversão de R\$10,2 milhões em razão do não atingimento das metas no exercício de 2024.

Provisão Passivo Regulatório/Honorários

Atualização dos registros referentes à Provisão Regulatória, que representa o valor a ser compartilhado com os clientes da Companhia, à razão de 75% do valor do ganho da ação do indébito tributário do IRPJ (Precatórios a Receber), conforme regra atual de compartilhamento estabelecida pela Agepar, além dos honorários advocatícios relacionados.

Comentário do Desempenho

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Resultado Financeiro - R\$ milhões	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Receitas Financeiras						
Aplicações Financeiras	70,1	51,5	36,1	131,8	100,4	31,3
Variações Monetárias Ativas	23,7	28,2	-16,0	48,7	51,1	-4,7
Variações Cambiais Ativas	1,7	0,0	-	14,0	0,0	-
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	24,7	12,4	99,2	27,6	12,4	122,6
Outras Receitas Financeiras	10,6	12,7	-16,5	31,0	23,6	31,4
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	-6,9	0,0	-	-111,3	0,0	-
Subtotal	123,9	104,8	18,2	141,8	187,5	-24,4
Juros Auferidos - Receita Precatórios	52,2	0,0	-	2.200,0	0,0	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	63,9	0,0	-	63,9	0,0	-
Totais das Receitas Financeiras	240,0	104,8	129,0	2.405,7	187,5	1.183,0
Despesas Financeiras						
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	-137,0	-125,0	9,6	-268,6	-247,4	8,6
Variações Monetárias Passivas	-28,2	-18,3	54,1	-73,3	-51,3	42,9
Variações Cambiais Passivas	-9,2	-10,6	-13,2	-13,7	-11,1	23,4
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	-24,0	-3,7	548,6	-38,3	-4,4	770,5
AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais	-182,4	0,0	-	-182,4	0,0	-
Outras Despesas Financeiras	-0,7	-0,3	133,3	-0,9	-0,9	0,0
Subtotal	-381,5	-157,9	141,6	-577,2	-315,1	83,2
Provisão Passivo Regulatório	-39,2	0,0	-	-1.575,1	0,0	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	0,0	0,0	-	-249,3	0,0	-
Totais das Despesas Financeiras	-420,7	-157,9	166,4	-2.401,6	-315,1	662,2
Resultado Financeiro	-180,7	-53,1	240,3	4,1	-127,6	-103,2

O resultado financeiro variou 240,3% passando de -R\$53,1 milhões no 2T24 para -R\$180,7 milhões no 2T25. As Despesas Financeiras aumentaram 166,4%, passando de -R\$157,9 milhões no 2T24 para -R\$420,7 no 2T25, proveniente principalmente de despesas com Ajustes a Valor Presente dos Ativos Financeiros Contratuais, além de despesas com variações monetárias passivas e perda com instrumentos financeiros derivativos, e atualização do valor dos precatórios provisionados relativos à ação movida pela Companhia contra à União. Por outro lado, as Receitas Financeiras cresceram 129,0%, passando de R\$104,8 milhões no 2T24 para R\$240,0 milhões no 2T25, reflexo principalmente, dos valores a receber atualizados relativos aos precatórios e ganhos com instrumentos financeiros derivativos.

Resultado Econômico - R\$ milhões	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Resultado Operacional	382,0	506,8	-24,6	1.346,6	1.147,6	17,3
Resultado Financeiro	-180,7	-53,1	240,3	4,1	-127,6	-103,2
Tributos sobre o Lucro	62,5	-78,2	-179,9	121,1	-265,1	-145,7
Lucro Líquido	263,8	375,5	-29,7	1.471,8	754,9	95,0

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$263,8 milhões no 2T25, representando uma redução de 29,7% em comparação com os R\$375,5 milhões apurados no 2T24. Esse resultado foi impactado negativamente, principalmente, pelo aumento de 14,3% no total de custos e despesas, que superou o impacto trazido pelo acréscimo de 2,5% na receita operacional líquida no mesmo período.

Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir o cálculo do Lucro Líquido e EBITDA sem efeito dos itens não Recorrentes:

Itens não Recorrentes - R\$ milhões	2T25	2T24	6M25	6M24
Lucro Líquido	263,8	375,5	1.471,8	754,9
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	-54,8	0,0	-4.258,3	0,0
Provisão Passivo Regulatório/Honorários/AVJ	26,8	0,0	3.285,5	0,0
COFINS/PIS-PASEP s/ Receita de Precatórios - Ação IRPJ	2,5	0,0	102,4	0,0
Programa de Participação nos Resultados - PPR	-4,8	0,0	73,9	0,0
Plano de Demissão Voluntária - PDV	0,3	0,0	171,8	0,0
PCLD Complementar - Efeito Vagão Parcelamentos	60,7	0,0	93,0	0,0
Provisão Contingencial Construtora Itaú	54,0	0,0	54,0	0,0
Efeitos Tributários	-17,0	0,0	-238,1	0,0
Lucro Líquido ajustado aos itens não recorrentes	331,5	375,5	756,0	754,9
% Margem Líquida de itens não recorrentes	19,4	22,6	21,5	22,5
EBITDA Ajustado de itens não recorrentes	695,1	644,1	1.515,3	1.418,3
% Margem EBITDA Ajustada de itens não recorrentes	40,8	38,7	43,2	42,2

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada - R\$ milhões	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Remuneração de Pessoal	334,8	399,1	-16,1	1.064,8	763,7	39,4
Remuneração a Governos (Tributos)	130,9	269,2	-51,4	379,1	643,0	-41,0
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	2,0	1,7	17,6	4,4	3,9	12,8
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	420,7	157,9	166,4	2.401,6	315,1	662,2
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	420,4	224,0	87,7	420,4	224,0	87,7
Lucro Líquido do Período não distribuído	-156,5	151,6	-203,2	1.051,5	530,9	98,1
Total da Riqueza Econômica	1.152,3	1.203,5	-4,3	5.321,8	2.480,6	114,5

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar em um mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a universalização, qualidade dos serviços prestados e atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas e necessárias para atingir a universalização prevista pelo marco legal do saneamento.

Indicadores Econômicos - R\$ milhões	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida	1.705,4	1.664,3	2,5 %	3.510,6	3.362,3	4,4 %
Lucro Operacional	382,0	506,8	-24,6 %	1.346,6	1.147,6	17,3 %
Lucro Líquido	263,8	375,5	-29,7 %	1.471,8	754,9	95,0 %
% Margem Operacional *	11,0	25,3	-14,3 p.p.	35,8	28,2	7,6 p.p.
% Margem Líquida *	15,5	22,5	-7,0 p.p.	41,9	22,5	19,4 p.p.
% Rentabilidade do PL médio *	2,2	3,7	-1,5 p.p.	13,0	7,6	5,4 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	1,7	1,7	0,0 p.p.	1,7	1,7	0,0 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

No encerramento do 2T25, os ativos totais da Companhia atingiram R\$24.914,5 milhões (R\$20.508,0 milhões em 31/12/2024), enquanto as dívidas totais ao final do 2T25 eram de R\$13.130,2 milhões (R\$9.679,3 milhões em 31/12/2024).

Comentário do Desempenho

Do montante da dívida total no 2T25, R\$6.698,1 milhões (R\$6.631,3 milhões em 31/12/2024) referem-se a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, apresentando um aumento de 1,0% em relação ao exercício de 2024.

	Referência	JUN/25	DEZ/24	Var.
Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	11.784,3	10.828,7	8,8 %
Valor Patrimonial da Ação *	R\$	7,80	7,17	8,8 %
Grau de Endividamento *	%	52,7	47,2	5,5 p.p.
Liquidez Corrente *	R\$	2,74	1,78	53,9 %
Liquidez Seca *	R\$	2,71	1,74	55,7 %

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no 2T25, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R\$536,0 milhões, contra R\$644,0 milhões no 2T24. A margem EBITDA passou de 38,7% para 31,4%.

A geração de caixa operacional no 2T25 foi de R\$694,7 milhões, aumento de 16,2% em relação ao 2T24. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 129,6%.

EBITDA - R\$ milhões	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Lucro Líquido	263,8	375,5	-29,7	1.471,8	754,9	95,0
(+) Tributos sobre o Lucro	-62,5	78,2	-179,9	-121,1	265,1	-145,7
(+) Resultado Financeiro	180,7	53,1	240,3	-4,1	127,6	-103,2
(+) Depreciações e Amortizações	154,0	137,2	12,2	305,3	270,6	12,8
EBITDA	536,0	644,0	-16,8	1.651,9	1.418,2	16,5
% Margem EBITDA	31,4	38,7	-7,3 p.p.	47,1	42,2	4,9 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	129,6	92,8	36,8 p.p.	86,5	86,9	-0,4 p.p.

2.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no 2T25 foram de R\$612,1 milhões (R\$446,7 milhões no 2T24), conforme apresentados a seguir:

Investimentos - R\$ milhões	2T25 (1)	2T24 (2)	Var. % (1/2)	6M25 (3)	6M24 (4)	Var. % (3/4)
Água	182,6	155,4	17,5	340,4	316,4	7,6
Esgoto	367,8	261,6	40,6	664,5	485,6	36,8
Outros Investimentos	61,7	29,7	107,7	93,9	69,3	35,5
Totais	612,1	446,7	37,0	1.098,8	871,3	26,1

Comentário do Desempenho

2.4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta passou de R\$6.631,3 milhões em dezembro de 2024 para R\$6.698,1 milhões em junho de 2025, representando um aumento de R\$66,8 milhões. A dívida líquida passou de R\$4.830,5 milhões em dezembro de 2024 para R\$5.301,8 milhões em junho de 2025.

O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)” foi de 1,7x no 2T25 (1,7x no 2T24).

O grau de endividamento ficou em 52,7% no fechamento do 2T25 (48,4% no 2T24).

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 30 de junho de 2025:

Endividamento - R\$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	19/04/2046	2.293,7	34,3
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	15/01/2030	634,8	9,5
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	482,2	7,2
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	15/04/2028	411,2	6,2
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	15/01/2032	361,7	5,4
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	15/01/2027	317,2	4,7
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	305,6	4,6
BNDES - Avançar	3,59% e 5,60%	IPCA	15/12/2041	303,2	4,5
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	15/03/2029	270,5	4,0
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	228,9	3,4
Debêntures 11ª Emissão -3ª Série	4,49%	IPCA	17/03/2031	209,9	3,1
BNDES - PAC2	TJLP +1,67% a 2,05%	-	15/07/2029	165,4	2,5
Arrendamento Direito de Uso	12,44%	-	30/06/2030	154,0	2,3
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	11/06/2026	151,9	2,3
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	15/11/2038	82,2	1,2
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	16/03/2026	67,6	1,0
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	15/11/2034	62,0	0,9
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	51,7	0,8
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	49,2	0,7
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	38,0	0,6
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	15/11/2038	35,7	0,5
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	21,4	0,3
Parceria Público-Privada PPP	7,48%	IPCA	26/03/2048	0,1	-
Totais				6.698,1	100,0

* IPCA como componente variável da TLP

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição - R\$ milhões	Saldo Devedor	%
Até 12 meses	879,5	13,1
de 13 a 24 meses	972,8	14,5
de 25 a 36 meses	694,9	10,4
de 37 a 60 meses	1.427,9	21,3
Acima de 60 meses	2.723,0	40,7
Totais	6.698,1	100,0

Comentário do Desempenho

3. REGULAÇÃO

2ª Revisão Tarifária Periódica - RTP da Sanepar

Em 21 de outubro de 2020, na 21ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar), foi aprovada a instauração da 2ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Sanepar, com orientação para que ocorresse em duas fases, sendo a primeira em 2021 e a segunda fase em 2022.

A primeira fase da 2ª RTP foi consolidada em nove notas técnicas, as quais tiveram como base a metodologia aplicada no primeiro ciclo tarifário. Em consonância com o estabelecido na Lei Complementar Estadual nº 222/2020, as notas técnicas foram submetidas à consultas públicas, no período de 04 de janeiro a 17 de fevereiro de 2021, e audiência pública em 31 de março de 2021.

Em 14 de abril de 2021 o Conselho Diretor da Agepar, na Reunião Extraordinária nº 012/2021, apresentou o resultado final da 1ª fase da 2ª RTP, quando decidiu pela aprovação do reposicionamento tarifário de 5,7701%, com aplicação anual do Fator X de 0,98% sobre a Parcela B da tarifa.

Por meio da Resolução nº 007 de 29 de março de 2022, a Agepar divulgou o cronograma da 2ª fase da 2ª RTP, que resultou na elaboração de dezoito notas técnicas, as quais, em consonância com o estabelecido na Lei Complementar Estadual nº 222/2020, foram submetidas a quatro consultas públicas, realizadas entre junho de 2022 e março de 2023 e a uma audiência pública, na qual foi apresentado o resultado do P0 correspondente ao 2º Ciclo Tarifário da Sanepar em 18 de abril de 2023.

Em 20 de abril de 2023, o Conselho Diretor da Agepar homologou o índice de reajuste de 8,2327%, que contemplou o cálculo final do reposicionamento tarifário referente à 2ª RTP, os reajustes tarifários anuais (IRT's) de 2022 e 2023, indexados ao IPCA, e o Fator X de 0,08%, aplicado sobre a tarifa total resultante do P0 (exceto as parcelas financeiras), com início de vigência da nova tarifa a partir de 17 de maio de 2023.

O modelo tarifário da Sanepar passou por alterações na 2ª RTP, como por exemplo a reclassificação dos custos entre gerenciáveis e não gerenciáveis a serem considerados pelo Agente Regulador.

As alterações mais significativas foram em relação aos custos de produtos químicos, que passaram a ser considerados como custos gerenciáveis, e de energia elétrica, onde a Agência implementou um tratamento tarifário diferenciado o qual foi decomposto em: (i) preço médio da energia elétrica, medido em R\$/GWh, classificado como custo não gerenciável; e (ii) consumo específico, através do consumo de energia elétrica medido em GWh projetado, classificado como custo gerenciável. A motivação para tal decomposição decorre da alegação que a Companhia não possui gerência sobre o preço da energia, apenas tendo ação sobre o gerenciamento do consumo.

Ainda, foram mantidos como custos não gerenciáveis, o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSBA), a Cobrança pelo Uso de Recurso Hídrico, o Repasse pela Utilização de Manancial e a Taxa de Regulação, e foram incluídos os gastos com IPVA, IPTU e com Taxas, Alvarás e Licenciamento.

Comentário do Desempenho

Diferimento 1ª RTP

Parte da parcela financeira presente na tarifa é oriunda do diferimento da 1ª RTP da Sanepar, ocasião em que a Companhia foi autorizada pela Agepar, por meio da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63% a partir de 17 de abril de 2017, conforme previsto no artigo 3º:

“Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será diferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um reposicionamento médio de 8,53% (oito vírgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois vírgula onze por cento), acrescidas da correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução”.

Na 2ª fase da 2ª RTP, a Agepar atualizou a regra de cálculo das parcelas financeiras em relação ao critério da 1ª RTP.

Especificamente em relação ao cálculo da tarifa de compensação do diferimento, o saldo foi apurado na data de dezembro de 2020 (data base para cálculo da 2ª RTP) e teve como indexador de correção a taxa SELIC, aplicada sobre a diferença entre a receita verificada e a tarifa vigente, que resultou no valor de R\$1,582 bilhão.

A alteração da metodologia ocorreu no indexador da projeção das parcelas de compensação consideradas na tarifa da 2ª RTP, sendo definido pela Agência um único indexador, inclusive para o diferimento, passando a ser projetadas com base no WACC calculado na 2ª RTP até o encerramento do ciclo.

O saldo das parcelas de compensação na data base dezembro de 2020 (2ª RTP), que se encerram ao final do segundo Ciclo Tarifário, totalizaram R\$1,255 bilhão.

Em relação aos registros contábeis, em analogia à Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade - faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) o efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões.

Consulta Pública de Metodologia de Reajuste Tarifário Anual (IRT)

Em 12 de setembro de 2023 foi aberta a Consulta Pública Agepar nº 008/2023, referente à Nota Técnica nº 10/2023-CSB - Metodologia de Reajuste Tarifário Anual a ser aplicada a partir do ano de 2024 para os serviços de saneamento básico de água e esgoto da Sanepar. Em 11 de outubro de 2023 a Companhia apresentou suas contribuições.

Comentário do Desempenho

Em resumo, a metodologia proposta pela Agência corrige a tarifa pelo IPCA, exceto a parcela vinculada à cobertura dos gastos com energia elétrica, que são corrigidos pela própria variação dos preços de energia, e ambos são descontados ou aumentados por um fator de desempenho de qualidade (Fator Q) e descontados os ganhos de produtividade (Fator X). Quanto aos Encargos Setoriais, a metodologia estabelece que os ajustes relativos à variação entre os valores projetados e os realizados serão apurados apenas na RTP posterior.

Em 23 de janeiro de 2024, o Conselho Diretor da Agepar, homologou a Nota Técnica nº 010/2023 - Metodologia de Reajuste Tarifário Anual dos Serviços de Saneamento Básico de Água e Esgoto.

Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) 2024

Em 09 de fevereiro de 2024, a Companhia protocolou o pedido de Índice de Reajuste Tarifário anual (IRT 2024) junto à Agepar. Em reunião do Conselho Diretor da Agência realizada no dia 09 de abril de 2024, foi homologado o percentual de reajuste tarifário de 2,9577% (conforme ROCD 009/2024), sendo que em 12 de abril 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 19 de 10 de abril de 2024 que aprovou o Reajuste Tarifário da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) para o ano de 2024, a ser aplicada a partir de 17 de maio de 2024.

3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Sanepar

Com vistas a realização da 3ª RTP, concluída em maio de 2025, a Agepar realizou, até o momento, as ações destacadas abaixo:

Em 19 de março de 2024, a Agepar publicou a resolução nº 17 de 14 de março de 2024 que aprovou a Metodologia de Avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico (água e esgoto).

Em 26 de abril de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 20 que aprovou o cronograma para a 3ª RTP dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13 de junho de 2024 na reunião Extraordinária do Conselho Diretor da Agência nº 16/2024, a Agepar autorizou abertura de Consulta Pública como procedimento de participação social destinado a obter contribuições, sugestões, propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito do “Manual de Revisão Tarifária Periódica de Saneamento Básico dos serviços de água e esgoto”.

Em 17 de junho de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 29 de 13 de junho de 2024 que aprovou o Plano de Fiscalização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico de água e esgoto.

Em 12 de setembro de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 38 de 11 de setembro de 2024, a qual aprova a versão final do Manual de Revisão Tarifária dos serviços de saneamento básico de água e esgoto - NOTA TÉCNICA nº 7/2024-CSB/DRE-AGEPAR.

Comentário do Desempenho

Em 27 de novembro de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 45 de 21 de novembro de 2024, alterou o Anexo Único da Resolução Agepar nº 20/2024 – Cronograma para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13 de dezembro de 2024, a Agepar em sua 34ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor, deliberou pela abertura de Consulta Pública, em 18 de dezembro de 2024, pelo prazo de 30 dias, para recebimento de contribuições a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª RTP) dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar.

Em 18 de dezembro de 2024, a Agepar, submeteu à Consulta Pública nº 11/2024, até às 20h30 do dia 17 de janeiro de 2025, a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) dos serviços de água e esgoto (resultados parciais referentes aos temas Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis e Outras Receitas). E em 27 de janeiro de 2025 tornou público o Relatório Circunstanciado da consulta realizada.

Em 30 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração, em sua 3ª/2025 Reunião Extraordinária, autorizou o encaminhamento à Agepar do levantamento da Base de Remuneração Regulatória (BRR), data-base 31/12/2024 (com ativos imobilizados até 31/12/2023), referente à 3ª RTP.

A referida BRR se encontra em fase de fiscalização pela Agepar, com vistas a realização da 3ª RTP, podendo sofrer alterações em função da análise da Agência.

Em 25 de fevereiro de 2025 a Agepar tornou pública a análise das contribuições recebidas na Consulta Pública nº 11/2024, submetida em 18 de dezembro de 2024.

Em 27 de fevereiro de 2025 a Agepar publicou a Nota Técnica DRE/CSB nº 003/2025, referente à aplicação preliminar das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª RTP dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar, a qual torna público os resultados preliminares dos componentes do modelo econômico-financeiro, incluindo as definições preliminares para Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis, Outras Receitas, Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), Custos Operacionais Eficientes (OPEX), Fator-X, Projeções de Mercado, Avaliação dos Investimentos Projetados, Anuidade Regulatória, Capital de Giro, Base de Remuneração Regulatória, Receita Verificada e Ajustes Compensatórios.

Em 15 de abril de 2025 a Agepar, em sua 6ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, aprovou a tarifa básica média da 3ª RTP para o Ciclo Tarifário 2025 a 2028, estabelecida em R\$ 6,83/m³ (seis reais e oitenta e três centavos por metro cúbico) de água tratada fornecida e esgoto coletado e tratado nos serviços de saneamento básico prestados pela Sanepar, o que representa um índice de correção de 3,7753%, a ser aplicado de forma linear em toda a estrutura tarifária da Sanepar atualmente vigente.

A Nota Técnica e a Planilha do Modelo Econômico-Financeiro da 3ª RTP podem ser acessadas pelo endereço: <https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Audiencias-Publicas>

Comentário do Desempenho

Tarifa Social

Em 03 de dezembro de 2024, a Agepar em sua 32ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, deliberou pela abertura de Consulta Pública para recebimento de contribuições, pelo período de 30 dias, a respeito da atualização da estrutura tarifária dos serviços de saneamento de água e esgoto prestados pela Sanepar em observância à Lei Federal nº 14.898/2024, que instituiu diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional.

Em 09 de dezembro de 2024, a Agepar, submeteu à Consulta Pública nº 10/2024, no período de 09/12/2024 até 08/01/2025, o assunto a respeito da Implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto instituída pela Lei Federal n.º 14.898/2024. E em 21 de janeiro de 2025 tornou público o Relatório Circunstanciado da consulta realizada.

Em 30 de junho de 2025 a Agepar submeteu à Audiência Pública nº 002/2025 a Nota Técnica nº 009/2025 – AGEPAR/DRE/CSB, a qual contempla a proposta de implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto, instituída pela Lei Federal n.º 14.898/2024, na estrutura tarifária dos serviços de saneamento básico da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Além disso, na referida audiência, a sociedade teve oportunidade de apresentar contribuições à Nota Técnica, as quais estão compiladas no Relatório Circunstanciado das Contribuições Recebidas, disponível no site Agência.

4. AGENDA ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Em maio de 2025, foi instituído Grupo de Trabalho, de caráter temporário, para atuação multidisciplinar nos reportes CDP (relato de informações ambientais e climáticas), com o objetivo de garantir um disclosure completo e transparente das oportunidades e dos riscos financeiros, relacionados à adaptação às mudanças climáticas e à segurança hídrica. O mesmo grupo, deverá propor estratégia para aderência às novas exigências de reporte de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade e Mudanças Climáticas (IFRS S1 e S2).

No início de junho a Sanepar foi certificada com o Selo Solidário pelo Governo do Paraná por práticas sustentáveis e sociais. A Companhia foi destaque entre as empresas públicas e recebeu Menção Honrosa por ações de ASG alinhadas aos ODS. Iniciativas de reaproveitamento de lodo, geração de bioenergia, inventário de Gases de Efeito Estufa, planos de adaptação às mudanças climáticas, projetos de economia circular e proteção de mananciais, educação ambiental e práticas de consumo consciente, podem ser citados na área ambiental. Já na área social, destacam-se, tanto ações de valorização dos empregados, quanto de apoio às comunidades e satisfação dos clientes.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

Quando do vencimento da concessão, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, em relação ao contrato com o município de Maringá, as partes (Município e Companhia) discutiram judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município e, após percorridas todas as instâncias, com o julgamento do ARE nº 1363547 em 14/02/2025, transitou em julgado o acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ/PR nos autos da Apelação Cível nº 867.874-2. A decisão judicial prevê que o Contrato de Concessão não se extinguirá até que a municipalidade efetue o pagamento da indenização devida à Companhia mediante cumprimento de sentença. Na data de 04/04/2025 o Município de Maringá peticionou nos autos da Ação Civil Pública nº 0009874-25.2009.8.16.0017 requerendo o início do processo de cumprimento da decisão, para a apuração dos valores devidos a título de indenização prévia. Os autos se encontram conclusos ao juiz.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

As informações contábeis intermediárias foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 07 de agosto de 2025.

2.2. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas informações contábeis intermediárias, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2025 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram divulgadas em 20 de fevereiro de 2025.

Notas Explicativas

Novas normas, alterações e interpretações

As emissões/alterações de normas *International Accounting Standards Board* ("IFRS") efetuadas pelo IASB que são efetivas para os períodos ou exercícios iniciados em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 21 – Falta de conversibilidade: esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e à divulgação quando uma moeda apresenta restrições de conversibilidade em outra. Com vigência para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, a Companhia confirmou, com base na experiência até o 2T25, que não houve impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis;
- Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;
- Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação: estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações contábeis consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma;
- Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma; e
- Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

Notas Explicativas

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração até 2048, com exceção dos contratos de concessões de Andirá (não operado), o qual tem prazo de duração até 2032 e Maringá, o qual tem prazo de duração até 2040. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 30 de junho de 2025 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 10 e 20. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração concentra esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos e financiamentos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$13.484 e R\$26.968 em 30 de junho de 2025 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Aplicações Financeiras	DI	33.283	(33.283)	66.566	(66.566)
Ativos		33.283	(33.283)	66.566	(66.566)
Caixa Econômica Federal	TR	(4.186)	4.186	(8.372)	8.372
BNDES - PAC2	TJLP	(1.671)	1.671	(3.342)	3.342
BNDES - AVANÇAR	IPCA	(1.160)	1.160	(2.320)	2.320
BNDES - FINAME	IPCA	(306)	306	(612)	612
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(603)	603	(1.206)	1.206
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(334)	334	(668)	668
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(1.386)	1.386	(2.772)	2.772
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(2.599)	2.599	(5.198)	5.198
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(3.707)	3.707	(7.414)	7.414
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(1.525)	1.525	(3.050)	3.050
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Séries	IPCA	(3.716)	3.716	(7.432)	7.432
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(4.866)	4.866	(9.732)	9.732
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(2.669)	2.669	(5.338)	5.338
Debêntures - 13ª Emissão - Série Única	DI	(6.447)	6.447	(12.894)	12.894
Debêntures - 14ª Emissão - Série Única	DI	(9.706)	9.706	(19.412)	19.412
Arrendamento Direito de Uso	DI	(1.886)	1.886	(3.772)	3.772
Passivos		(46.767)	46.767	(93.534)	93.534
Efeitos no Lucro antes da tributação		(13.484)	13.484	(26.968)	26.968

Os índices considerados para o período de 12 meses findos em 30 de junho de 2025 foram, TR de 1,39% e a TJLP de 7,74% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 5,35% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 12,14% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 4,84% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é aumento de 3,5477% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para setembro de 2025, em relação a última taxa PTAX informada na data de 30/06/2025.

Considerando o valor da dívida em moeda estrangeira de €35.714 mil (R\$229.393 mil), o valor da cotação da moeda Euro como R\$6,4230 para 30 de junho de 2025 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$1,1770 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$5,4571, estimamos o provável impacto de R\$8.138 e apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável Impacto	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (aumento de 3,5477%)	(8.138)	(57.348)	57.348	(114.696)	114.696

Notas Explicativas

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui Política de Dividendos e Política de Gestão de Risco de Tesouraria e Mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de “*hedge accounting*” para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro os efeitos desse instrumento financeiro derivativo. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap							
Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocial EUR	Valor Justo da Posição Ativa (em R\$)	Valor Justo da Posição Passiva (em R\$)	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap (em R\$)
1	Banco Itaú	28/11/2023	24/12/2025	2.381	15.081	12.529	2.552
2	Banco Itaú	28/11/2023	25/06/2026	2.181	13.726	11.354	2.372
3	Banco Bradesco	04/06/2024	25/06/2026	200	1.260	1.105	155
4	Banco Bradesco	04/06/2024	24/12/2026	2.381	14.894	13.007	1.887
5	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2027	2.381	14.771	12.848	1.923
6	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2027	2.381	14.643	12.741	1.902
7	Banco Itaú	04/06/2024	26/06/2028	2.381	14.520	12.650	1.870
8	Banco Itaú	04/06/2024	22/12/2028	2.381	14.375	12.566	1.809
9	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2029	2.381	14.229	12.477	1.752
10	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2029	1.513	8.948	7.896	1.052
11	Banco Santander	28/11/2024	24/12/2029	868	5.232	4.866	366
12	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2030	2.381	13.936	13.723	213
13	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2030	2.381	13.788	13.616	172
14	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2031	2.381	13.644	13.573	71
15	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2031	1.884	10.679	10.612	67
16	Banco Itaú	16/06/2025	24/12/2031	497	2.818	2.899	(81)
17	Banco Itaú	16/06/2025	25/06/2032	2.381	13.354	13.712	(358)
18	Banco Santander	16/06/2025	24/12/2032	2.380	13.460	13.501	(41)
TOTAL				35.714	213.358	195.675	17.683

Notas Explicativas

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e financiamentos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o período findo em 30 de junho de 2025, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	6.698.072	6.631.335
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.396.323)	(1.800.757)
Dívida Líquida	5.301.749	4.830.578
Patrimônio Líquido	11.784.306	10.828.707
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,45	0,45

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia e o valor justo é igual ao valor contábil, conforme a seguir:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	1.390.898	1.782.972
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.683	22.451
Depósitos Vinculados	233.920	231.556
Precatórios a Receber	4.072.831	-
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	5.425	17.785
Contas a Receber de Clientes, Líquido	1.291.620	1.411.874
Ativos Financeiros Contratuais	732.686	850.582
Outras Contas a Receber	156.152	149.887
Totais	7.901.215	4.467.107
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	6.698.072	6.631.335
Fornecedores	466.211	336.421
Outras Contas a Pagar	254.156	221.807
Totais	7.418.439	7.189.563

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos Bancários Livres	2.748	17.462
Depósitos Bancários Vinculados	2.677	323
	5.425	17.785
Aplicações Financeiras	1.390.898	1.782.972
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.396.323	1.800.757

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo, classificadas no nível 2 da hierarquia do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento Exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Caixa Exclusivo Sanepar I Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Caixa – Responsabilidade Limitada) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e pelos CDB's junto à Caixa (CNPJ 00.360.305/0001-04), com remuneração média de 100,30% do CDI (99,50% em 2024). As aplicações em CDB's possuem rentabilidade de 99,7% a 102,0% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Contas a Receber Vincendas	402.005	397.550
Contas a Receber de Parcelamentos	369.425	385.657
Ajuste a Valor Presente	(54.837)	(56.689)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	300.924	322.474
	1.017.517	1.048.992
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	211.816	210.801
De 31 a 60 dias	70.348	70.099
De 61 a 90 dias	31.415	32.996
De 91 a 180 dias	68.489	67.548
Mais de 180 dias	674.571	617.792
Perdas Esperadas na Realização de Créditos (1)	(782.536)	(636.354)
	274.103	362.882
Totais de Contas a Receber, líquidas	1.291.620	1.411.874
Circulante	1.170.895	1.250.811
Não Circulante	120.725	161.063

(1) A partir de 2025 a Companhia passou a provisionar, complementarmente as perdas esperadas já registradas, o efeito vagão de contas vencidas de clientes que possuem saldo de parcelamentos de débitos, considerando o risco de crédito do cliente, em atendimento ao CPC 48.

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber, líquidas das perdas esperadas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	30/06/2025	31/12/2024
Prefeituras Municipais	104.329	(54.815)	(32)	49.482	52.545
Particulares	2.005.940	(727.721)	(54.805)	1.223.414	1.342.179
Setor Federal	2.054	-	-	2.054	1.896
Setor Estadual	16.670	-	-	16.670	15.254
Saldos no Final do Período	2.128.993	(782.536)	(54.837)	1.291.620	1.411.874

Notas Explicativas**b) A movimentação das perdas esperadas na realização de créditos foi a seguinte:**

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Saldos no Início do Período	(636.354)	(512.326)
Valores Registrados como (Despesas)/Reversão	(146.182)	(124.439)
Baixas, Líquidas das Recuperações	-	411
Saldos no Final do Período	(782.536)	(636.354)

c) O saldo de perdas esperadas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Clientes Particulares	(727.721)	(581.839)
Prefeituras Municipais	(54.815)	(54.515)
Totais	(782.536)	(636.354)

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Saldos no Início do Período	(56.689)	(64.136)
Ajuste a Valor Presente	1.852	7.447
Saldos no Final do Período	(54.837)	(56.689)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de Renda a compensar	141.314	23.184
Contribuição Social a compensar	34.461	3.114
Totais	175.775	26.298
Circulante	175.775	26.298

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Reservas mantidas na CAIXA (1)	134.629	134.986
Outros Convênios (2)	99.291	96.570
Totais	233.920	231.556
Circulante	99.291	96.569
Não Circulante	134.629	134.987

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

Notas Explicativas

9. PRECATÓRIO A RECEBER

A Companhia obteve êxito na ação declaratória sob nº 1074228-74.2022.4.01.3400 em que foi reconhecida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região a inexistência de relação jurídico tributária entre a Sanepar e a União, em razão da Companhia ser beneficiária da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da CRFB/88, restrito ao recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ (repetição de indébito), abrangendo o período de maio de 1996 a outubro de 2022.

Até o encerramento das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024, a Administração da Companhia divulgou em Notas Explicativas um “Ativo Contingente”, porém, com a inclusão do precatório da ação do IRPJ no orçamento da União o Ativo Contingente passou a ser um evento praticamente certo de entrada de benefícios econômicos futuros para a Companhia, fato que enseja o reconhecimento do Ativo (direito a receber) e o correspondente registro nas Demonstrações Contábeis.

No 1T25, com a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, Lei nº 15.121/2025 de 10 de abril de 2025, incluindo o precatório inscrito sob nº 1189180920244019198, a Companhia reconheceu o direito a receber no Ativo Não Circulante.

O montante de R\$3.979.261 (valor de face), inscrito como precatório, foi calculado a valor justo, utilizando os seguintes critérios: i) atualização pelo IPCA-E de março/24 até junho/25; ii) projeção de atualização pelo IPCA-E até dezembro/25 (período de graça constitucional); iii) projeção de atualização pela SELIC de janeiro/26 até dezembro/26; e iv) Ajuste a Valor Justo para junho/25 utilizando a SELIC como taxa de desconto, resultando no valor de R\$4.072.831, o qual foi registrado no Ativo Não Circulante, considerando a expectativa de recebimento do precatório até o final do Exercício Subsequente.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos registros contábeis:

Descrição	30/06/2025
Valor do Principal (Outras Receitas Operacionais)	2.055.758
Valor da Atualização pela SELIC (Receitas Financeiras)	1.923.503
Valor da Atualização pelo IPCA-E (Receitas Financeiras)	279.051
(-) Ajuste a Valor Justo (Despesas Financeiras)	(185.481)
Totais	4.072.831

Conforme informado na Nota Explicativa 21 – Passivo Regulatório, a Companhia reconheceu complementarmente uma obrigação para tratar os reflexos regulatórios referente ao compartilhamento na tarifa dos benefícios econômicos originários do precatório.

Notas Explicativas

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Adiantamentos a Empregados	24.761	17.075
Pagamentos Reembolsáveis	1.487	436
Depósitos Dados em Garantia	2.118	1.991
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	125.796	128.630
Despesas Antecipadas	278	270
Títulos e Outros Créditos	1.712	1.485
Totais	156.152	149.887
Circulante	35.218	26.118
Não Circulante	120.934	123.769

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

11. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	30/06/2025
Investimento Não Amortizado	2.310.510	132.931	-	-	2.443.441
Ajuste a Valor Presente	(1.459.928)	(83.824)	15.434	(182.437)	(1.710.755)
Totais	850.582	(a) 49.107	15.434	(182.437)	732.686

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 5,41% (4,36% em 2024) que representa o *spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC e levou em consideração os prazos dos Contratos de Programa.

12. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2024	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	30/06/2025
Projetos e Obras em Andamento	2.674.994	975.858	25.395	2.180	(538.836)	-	3.139.591
Estoques para Obras	102.928	46.783	-	-	-	(54.735)	94.976
Totais	2.777.922	1.022.641	25.395	2.180	(538.836)	(54.735)	3.234.567

Até o 2º trimestre de 2025 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$1.022.641 (R\$822.419 no mesmo período de 2024), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Londrina, Umuarama, Telêmaco Borba, Cianorte e Medianeira; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Arapongas, Assis Chateaubriand, Cornélio Procópio e Castro. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Fazenda Rio Grande, Londrina, Curitiba, União da Vitória e Apucarana.

Notas Explicativas

Até o 2º trimestre de 2025 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$25.395 (R\$19.768 no mesmo período de 2024). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 7,4% (6,7% no mesmo período de 2024).

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/06/2025	31/12/2024
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	422.205	(196.794)	225.411	214.935
Outras Imobilizações	2.433	(1.485)	948	1.550
Direito de Uso em Arrendamento	279.032	(168.400)	110.632	132.138
Totais	703.670	(366.679)	336.991	348.623

Por Natureza				30/06/2025	31/12/2024
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.921	-	2.921	2.921
Construções Cíveis	*1,84%	127.391	(29.680)	97.711	97.084
Benfeitorias	*2%	11.049	(1.110)	9.939	2.616
Instalações	*5,83%	14.755	(5.839)	8.916	6.772
Equipamentos	*6,23%	106.806	(52.295)	54.511	56.098
Móveis e Utensílios	*7,14%	54.990	(29.824)	25.166	25.402
Equipamentos de Informática	*19,82%	47.702	(33.626)	14.076	14.865
Veículos	*13,05%	32.644	(23.353)	9.291	6.047
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.208	(21.626)	2.582	2.621
Ferramentas	*6,67%	1.734	(926)	808	793
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	438	-	438	1.266
Direito de Uso em Arrendamento	*24,98%	279.032	(168.400)	110.632	132.138
Totais		703.670	(366.679)	336.991	348.623

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas**b) Intangível**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/06/2025	31/12/2024
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	7.732.511	(2.475.846)	5.256.665	5.067.367
Sistemas de Esgoto	8.333.857	(2.166.953)	6.166.904	6.071.624
Resíduos Sólidos	9.311	(7.130)	2.181	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.118	(82.149)	42.969	43.907
Direito de Uso em Arrendamento	201.463	(33.451)	168.012	169.355
Sistemas de Informática em Implantação	103.569	-	103.569	78.694
Outros Ativos Intangíveis	322.453	(156.948)	165.505	158.562
Totais	16.828.282	(4.922.477)	11.905.805	11.589.509

Por Natureza				30/06/2025	31/12/2024
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	348.374	-	348.374	338.999
Poços	*3,10%	214.022	(49.413)	164.609	160.105
Barragens	*2,67%	267.252	(80.419)	186.833	187.017
Construções Civas	*2,59%	4.347.138	(971.404)	3.375.734	3.232.127
Benfeitorias	*2,67%	79.018	(10.954)	68.064	65.042
Tubulações	*2,64%	7.694.088	(2.231.654)	5.462.434	5.392.527
Ligações Prediais	*3,33%	1.158.564	(386.380)	772.184	754.779
Instalações	*5,83%	301.068	(142.304)	158.764	156.360
Hidrômetros	*10%	401.224	(156.708)	244.516	225.607
Macromedidores	*10%	9.587	(6.453)	3.134	3.380
Equipamentos	*6,23%	1.184.923	(492.442)	692.481	673.741
Móveis e Utensílios	*7,14%	7.671	(4.636)	3.035	3.476
Equipamento de Informática	*19,82%	103.475	(90.910)	12.565	13.777
Programas de Informática	*20%	169.799	(104.521)	65.278	61.945
Veículos	*13,05%	22.492	(18.261)	4.231	4.698
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	28.295	(26.390)	1.905	2.093
Ferramentas	*6,67%	378	(280)	98	104
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.823	(1.189)	3.634	3.780
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	50.467	(32.559)	17.908	15.441
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(82.031)	42.969	43.907
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	118	(118)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	5.474	-	5.474	2.555
Direito de Uso em Arrendamento	*36,71%	201.463	(33.451)	168.012	169.355
Sistemas de Informática em Implantação	-	103.569	-	103.569	78.694
Totais		16.828.282	(4.922.477)	11.905.805	11.589.509

* Taxa Média Ponderada

- (1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;
- (2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos. A continuidade da operação dos serviços foi autorizada em caráter precário pelo Decreto Municipal de Cianorte nº 3, de 12 de janeiro de 2023, pelo prazo até 30 de abril de 2025 ou até que seja regularizada a prestação de serviço no município nos termos da legislação vigente.

Notas Explicativas

Parceria Público-Privada:

Os ativos vinculados com o contrato de Parceria Público-Privada (Microrregião Centro-Litoral) no montante de R\$483.184 referem-se a cessão pela Companhia da estrutura relacionada a consecução contratual, cujo pagamento iniciou em abril de 2024.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Em 30 de junho de 2025 o valor contábil para cada categoria de ativos vinculados à Parceria Público-Privada registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/06/2025	31/12/2024
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	6.810	-	6.810	6.810
Construções Cíveis	*2,59%	117.446	(34.760)	82.686	86.350
Benfeitorias	*2,67%	1.779	(406)	1.373	1.540
Tubulações	*2,64%	307.916	(92.459)	215.457	238.808
Ligações Prediais	*3,33%	27.312	(8.728)	18.584	17.606
Instalações	*5,83%	6.183	(3.387)	2.796	2.582
Equipamentos	*6,23%	13.734	(7.271)	6.463	5.708
Equipamentos de Informática	*19,82%	1.852	(1.852)	-	-
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	152	(12)	140	153
Ativos de PPP		483.184	(148.875)	334.309	359.557

* Taxa Média Ponderada

Até o 2º trimestre de 2025 foram registrados R\$13.416 como investimentos relacionados com a Parceria Público-Privada.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199.297 decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

Notas Explicativas

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Em 30 de junho de 2025 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/06/2025	31/12/2024
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Cíveis	1,67%	37.434	(5.017)	32.417	32.730
Tubulações	2,00%	147.315	(22.392)	124.923	126.397
Ligações Prediais	3,33%	8.226	(2.115)	6.111	6.248
Instalações	6,67%	309	(165)	144	154
Equipamentos	6,00%	6.013	(2.929)	3.084	3.272
Arrendamento - Litoral		199.297	(32.618)	166.679	168.801
Veículos	62,82%	131.312	(97.692)	33.620	56.390
Construções Cíveis	20,38%	56.867	(16.204)	40.663	32.312
Equipamentos	83,39%	3.257	(1.032)	2.225	811
Equipamentos de Informática	49,60%	89.762	(54.305)	35.457	43.179
Arrendamento - Direito de Uso		281.198	(169.233)	111.965	132.692
Totais		480.495	(201.851)	278.644	301.493
Imobilizado		279.032	(168.400)	110.632	132.138
Intangível		201.463	(33.451)	168.012	169.355

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$4.370 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2024	Entradas	Amortizações	30/06/2025
Arrendamento - Litoral	168.801	-	(2.122)	166.679
Veículos	56.390	651	(23.421)	33.620
Construções Cíveis	32.312	13.773	(5.422)	40.663
Equipamentos	811	2.286	(872)	2.225
Equipamentos de Informática	43.179	2.363	(10.085)	35.457
Saldo	301.493	19.073	(41.922)	278.644

Notas Explicativas

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período de 2025:

Descrição	31/12/2024	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	30/06/2025
Imobilizado							
Terrenos	2.921	-	-	-	-	-	2.921
Construções Cíveis	97.084	190	(1.197)	-	1.535	99	97.711
Benfeitorias	2.616	-	(96)	-	7.419	-	9.939
Instalações	6.772	-	(405)	-	2.549	-	8.916
Equipamentos	56.098	1.438	(2.968)	-	-	(57)	54.511
Móveis e Utensílios	25.402	1.424	(1.660)	-	-	-	25.166
Equipamentos de Informática	14.865	1.147	(1.936)	-	-	-	14.076
Veículos	6.047	3.804	(560)	-	-	-	9.291
Máquinas, Tratores e Similares	2.621	335	(374)	-	-	-	2.582
Ferramentas	793	63	(48)	-	-	-	808
Bens Patrimoniais a Incorporar	1.266	(828)	-	-	-	-	438
Direito de Uso em Arrendamento	132.138	17.622	(39.128)	-	-	-	110.632
Totais Imobilizado	348.623	25.195	(48.372)	-	11.503	42	336.991
Intangível							
Terrenos	338.999	4.830	-	(54)	4.599	-	348.374
Poços	160.105	-	(1.291)	-	6.385	(590)	164.609
Barragens	187.017	-	(3.915)	-	4.669	(938)	186.833
Construções Cíveis	3.232.127	9.675	(55.788)	-	218.599	(28.879)	3.375.734
Benfeitorias	65.042	267	(1.067)	-	4.277	(455)	68.064
Tubulações	5.392.527	18.006	(95.937)	-	164.696	(16.858)	5.462.434
Ligações Prediais	754.779	2.031	(18.576)	(1.519)	36.956	(1.487)	772.184
Instalações	156.360	953	(8.710)	-	10.161	-	158.764
Hidrômetros	225.607	17	(18.360)	(1.512)	38.764	-	244.516
Macromedidores	3.380	9	(262)	-	7	-	3.134
Equipamentos	673.741	16.804	(30.802)	(1.269)	33.950	57	692.481
Móveis e Utensílios	3.476	-	(445)	-	4	-	3.035
Equipamentos de Informática	13.777	143	(1.436)	-	80	1	12.565
Programas de Informática	61.945	17.369	(14.044)	-	8	-	65.278
Veículos	4.698	-	(467)	-	-	-	4.231
Máquinas, Tratores e Similares	2.093	-	(188)	-	-	-	1.905
Ferramentas	104	-	(6)	-	-	-	98
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	3.780	-	(146)	-	-	-	3.634
Proteção e Preservação Ambiental	15.441	-	(1.711)	-	4.178	-	17.908
Concessão do Município de Curitiba	43.907	-	(938)	-	-	-	42.969
Bens Patrimoniais a Incorporar	2.555	2.919	-	-	-	-	5.474
Direito de Uso em Arrendamento	169.355	1.451	(2.794)	-	-	-	168.012
Sistemas de Informática em Implantação	78.694	24.875	-	-	-	-	103.569
Total Intangível	11.589.509	99.349	(256.883)	(4.354)	527.333	(49.149)	11.905.805
Total Geral	11.938.132	124.544	(305.255)	(4.354)	(a) 538.836	(b) (49.107)	12.242.796

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 12);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 11).

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS E PPP

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e PPP é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	30/06/2025			31/12/2024		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	-	-	-	26	-	26
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 0,88%	-	167.890	149.341	317.231	14.919	298.777	313.696
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	151.900	-	151.900	938	150.843	151.781
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	67.605	-	67.605	68.991	64.891	133.882
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.906	26.810	51.716	24.686	38.767	63.453
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	18.277	19.692	37.969	17.745	27.889	45.634
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	5.314	476.883	482.197	4.824	461.860	466.684
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	12.013	399.186	411.199	10.018	398.964	408.982
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	2.740	267.750	270.490	2.519	259.484	262.003
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	74.328	91.091	165.419	73.676	126.638	200.314
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	18.100	287.528	305.628	17.379	295.643	313.022
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	519	61.457	61.976	151	32.236	32.387
Arrendamento Direito Uso	12,44%	-	88.281	65.728	154.009	100.966	73.413	174.379
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	37.708	597.110	634.818	31.789	596.707	628.496
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	2.247	207.601	209.848	2.196	200.944	203.140
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	8.617	353.032	361.649	8.825	342.073	350.898
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2.762	32.973	35.735	2.803	34.300	37.103
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	6.344	75.869	82.213	6.435	78.924	85.359
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.643	19.767	21.410	1.600	19.923	21.523
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	3.766	45.373	49.139	3.666	45.733	49.399
BNDES - AVANÇAR	3,59% a 5,60%	IPCA	19.728	283.489	303.217	18.701	269.466	288.167
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	149.413	2.144.296	2.293.709	138.569	2.049.018	2.187.587
Parceria Público-Privada PPP	7,48%	IPCA	127	-	127	2.637	-	2.637
Total em Reais			864.228	5.604.976	6.469.204	554.059	5.866.493	6.420.552
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	15.223	213.645	228.868	30.579	180.204	210.783
Total em Moeda Estrangeira			15.223	213.645	228.868	30.579	180.204	210.783
Saldo no Final do Período			879.451	5.818.621	6.698.072	584.638	6.046.697	6.631.335
Empréstimos e Financiamentos			259.211	2.793.978	3.053.189	261.702	2.657.562	2.919.264
Debêntures			513.732	2.671.387	3.185.119	201.954	3.020.079	3.222.033
Arrendamentos			106.381	353.256	459.637	118.345	369.056	487.401
Parceria Público-Privada PPP			127	-	127	2.637	-	2.637

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, sendo que a primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019. Até o 2º trimestre de 2025 foi liberado o montante de €50.000 mil e amortizado o montante de €14.286 mil. Na data de 30 de junho de 2025 havia 18 operações de Swap vigentes, totalizando o valor nocional de €35.714 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 81,45% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 9,89% para uma taxa de 12,14% do CDI (acumulado dos últimos 12 meses).

Notas Explicativas

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa incremental aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com o período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada incremental aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 30 de junho de 2025 a taxa média ponderada foi de 12,44%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “leaseback” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2024	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/06/2025
Arrendamento - Litoral	313.022	-	-	16.482	(23.876)	305.628
Arrendamento - Direito de Uso	174.379	19.073	-	7.544	(46.987)	154.009
Totais	487.401	19.073	-	24.026	(70.863)	459.637
Circulante	118.345					106.381
Não Circulante	369.056					353.256

Em 30 de junho de 2025 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente aos Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			30/06/2025	31/12/2024
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	47.299	(29.199)	18.100	17.379
Mais de um ano e menos de cinco anos	191.008	(108.788)	82.220	78.106
Acima de cinco anos	281.268	(75.960)	205.308	217.537
Subtotal	519.575	(213.947)	305.628	313.022
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	101.018	(12.739)	88.279	100.966
Mais de um ano e menos de cinco anos	75.831	(10.101)	65.730	73.413
Subtotal	176.849	(22.840)	154.009	174.379
Totais	696.424	(236.787)	459.637	487.401

Notas Explicativas

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/06/2025
Arrendamento - Litoral	380.763
Veículos	41.174
Bens Móveis	44.697
Bens Imóveis	47.130
Total	513.764

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a taxa incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2036	Total
Arrendamento-Litoral	24.897	51.127	53.288	55.359	57.450	59.611	356.176	657.908
Veículos	20.781	18.655	6.037	-	-	-	-	45.473
Bens Móveis	12.214	19.365	16.037	3.118	1.601	-	-	52.335
Bens Imóveis	4.480	10.109	11.921	14.026	16.488	9.298	-	66.322
Total	62.372	99.256	87.283	72.503	75.539	68.909	356.176	822.038

Parceria Público-Privada:

O passivo da parceria público-privada reconhecido contabilmente pela Companhia apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2024	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/06/2025
Parceria Público-Privada - PPP	2.637	13.416	102	109	(16.137)	127
Totais	2.637	13.416	102	109	(16.137)	127
Circulante	2.637					127

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e parceria público-privada da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	30/06/2025	31/12/2024
TR	2.293.709	2.187.587
TJLP	217.135	263.767
IPCA	1.915.970	1.844.934
DI	1.582.753	1.636.837
IPC-FIPE	305.628	313.022
EURO	228.868	210.783
Sem Correção Monetária	154.009	174.405
Totais	6.698.072	6.631.335

Notas Explicativas

b) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Debêntures 4ª Emissão	21.714	42.938	25.033	-	-	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão	7.510	14.012	14.012	14.012	14.012	14.012	14.012	14.012
Debêntures 9ª Emissão	1.050	150.850	-	-	-	-	-	-
Debêntures 10ª Emissão	5.314	-	476.883	-	-	-	-	-
Debêntures 11ª Emissão	8.092	64.499	-	-	267.750	-	207.602	-
Debêntures 12ª Emissão (1)	27.353	149.153	149.341	-	-	-	-	353.033
Debêntures 13ª Emissão	12.014	-	-	399.185	-	-	-	-
Debêntures 14ª Emissão	37.707	-	-	-	-	597.111	-	-
Subtotais Debêntures	120.754	421.452	665.269	413.197	281.762	611.123	221.614	367.045
BNDES - PAC2	37.651	59.668	33.737	28.965	5.398	-	-	-
BNDES - AVANÇAR	10.124	19.304	19.170	19.216	19.216	19.216	19.216	19.216
BNDES - FINAME	518	-	731	8.780	8.780	8.780	8.780	8.780
Caixa Econômica Federal	76.049	146.470	153.928	170.896	173.924	172.823	169.247	131.956
Banco KfW	15.258	30.507	30.499	30.499	30.499	30.499	30.521	30.586
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	139.600	255.949	238.065	258.356	237.817	231.318	227.764	190.538
Arrendamento - Litoral	11.309	16.789	18.580	20.582	22.824	25.336	28.152	31.311
Arrendamento - Direito de Uso	66.130	41.902	26.553	11.359	7.429	636	-	-
Subtotais Arrendamentos	77.439	58.691	45.133	31.941	30.253	25.972	28.152	31.311
Parceria Público-Privada PPP	127	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal PPP	127	-	-	-	-	-	-	-
Totais	337.920	736.092	948.467	703.494	549.832	868.413	477.530	588.894
Descrição	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039 a 2048	Total
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	89.685
Debêntures 7ª Emissão	14.012	14.012	14.012	14.012	14.012	12.843	-	188.497
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	151.900
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	482.197
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	547.943
Debêntures 12ª Emissão (1)	-	-	-	-	-	-	-	678.880
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	411.199
Debêntures 14ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	634.818
Subtotais Debêntures	14.012	14.012	14.012	14.012	14.012	12.843	-	3.185.119
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	165.419
BNDES - AVANÇAR	19.216	19.216	19.216	19.216	19.216	19.216	43.243	303.217
BNDES - FINAME	8.780	8.047	-	-	-	-	-	61.976
Caixa Econômica Federal	133.589	123.629	127.383	131.600	122.954	102.462	356.799	2.293.709
Banco KfW	-	-	-	-	-	-	-	228.868
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	161.585	150.892	146.599	150.816	142.170	121.678	400.042	3.053.189
Arrendamento - Litoral	34.858	38.842	40.032	17.013	-	-	-	305.628
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	154.009
Subtotais Arrendamentos	34.858	38.842	40.032	17.013	-	-	-	459.637
Parceria Público-Privada PPP	-	-	-	-	-	-	-	127
Subtotal PPP	-	-	-	-	-	-	-	127
Totais	210.455	203.746	200.643	181.841	156.182	134.521	400.042	6.698.072

- (1) Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou captação no mercado de capitais, de R\$600.000 para complementação do plano de investimentos, dividido em duas séries de R\$300.000 cada, sendo a primeira série institucional e a segunda série incentivada. A primeira série tem vencimento final de 5 anos, com repactuação após 30 meses, contado da data de emissão das debêntures, que ocorreram em 15/01/2022. A segunda série tem o vencimento em 10 anos. Houve repactuação da taxa da 1ª série, passando de CDI+1,08% ao ano para CDI+0,88% ao ano, a partir de 15 de julho de 2024, conforme Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de 12ª emissão de Debêntures.

Notas Explicativas**c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:**

Descrição	30/06/2025		30/06/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	584.638	6.046.697	671.117	5.106.543
Liberações	-	228.353	-	867.548
Juros e Taxas sobre Financiamentos	261.596	-	238.358	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	78.183	-	56.022
Transferências	536.625	(536.625)	218.129	(218.129)
Amortizações	(560.950)	-	(616.436)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	1.157	2.013	(793)	(930)
Variações Cambiais	(341)	-	11.065	-
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	24.026	-	23.392	-
Juros e Atualizações Monetárias PPP	211	-	-	-
Arrendamentos	19.073	-	29.413	-
Parceria Público-Privada PPP	13.416	-	-	-
Saldos no final do período	879.451	5.818.621	574.245	5.811.054

d) Os principais eventos no período foram os seguintes:

Até o 2º trimestre de 2025 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 4ª Emissão	-	(24.989)
Debêntures 7ª Emissão	-	(16.161)
Debêntures 9ª Emissão	-	(10.275)
Debêntures 10ª Emissão	-	(10.686)
Debêntures 11ª Emissão	-	(83.430)
Debêntures 12ª Emissão	-	(27.822)
Debêntures 13ª Emissão	-	(27.455)
Debêntures 14ª Emissão	-	(35.744)
BNDES - PAC2	-	(43.745)
BNDES - AVANÇAR	15.000	(16.268)
BNDES - FINAME	27.999	(983)
Banco Itaú - PSI	-	(26)
Caixa Econômica Federal	151.622	(159.572)
Banco KfW	33.732	(16.794)
Subtotal	228.353	(473.950)
Arrendamentos (1)	19.073	(70.863)
Parceria Público-Privada PPP (2)	13.416	(16.137)
Totais	260.842	(560.950)

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa);

(2) Liberações representam entrada de ativos vinculados à PPP (sem impacto no caixa e equivalente de caixa).

Notas Explicativas

e) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES, da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants dos contratos da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) Covenants do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo os novos contratos denominados “Avançar”, BNDES FINAME 2023 e da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Notas Explicativas

Em relação aos contratos do item (ii), da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Décima Sexta dos referidos contratos, e das Instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia atende integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
COFINS a Pagar	37.999	39.684
PASEP a Pagar	8.144	8.554
IPTU a Pagar	2	-
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	71.445	63.449
Totais dos Impostos e Contribuições	117.590	111.687
Circulante	117.590	111.687

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	30/06/2025		30/06/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.350.689	1.350.689	1.020.027	1.020.027
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(337.672)	(121.562)	(255.007)	(91.802)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	105.092	37.833	56.005	20.162
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	2.382	-	6.601	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	147	-	255	-
Provisão Passivo Regulatório	(744.452)	(268.003)	-	-
Receita Precatórios a Receber - Ação IRPJ	1.064.578	383.248	-	-
Doações Incentivos Fiscais	(2.030)	(730)	-	-
Outros	2.290	31	(984)	(309)
Totais das Despesas	90.335	30.817	(193.130)	(71.949)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	121.152		(265.079)	
Alíquota Efetiva	-9,0%		26,0%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

Notas Explicativas**b) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado sem Efeito dos Precatórios**

Descrição	30/06/2025		30/06/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.350.689	1.350.689	1.020.027	1.020.027
Efeito Líquido Precatórios	(870.418)	(870.418)	-	-
Subtotal	480.271	480.271	1.020.027	1.020.027
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(120.068)	(43.224)	(255.007)	(91.802)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	105.092	37.833	56.005	20.162
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	2.382	-	6.601	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	147	-	255	-
Doações Incentivos Fiscais	(2.030)	(730)	-	-
Outros	2.290	31	(984)	(309)
Totais das Despesas	(12.187)	(6.090)	(193.130)	(71.949)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.277)		(265.079)	
Alíquota Efetiva	3,8%		26,0%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Imposto de Renda	(57.210)	(164.901)
Contribuição Social	(22.090)	(61.543)
Constituição/Realização do Imposto de Renda Diferido	147.545	(28.229)
Constituição/Realização da Contribuição Social Diferida	52.907	(10.406)
Totais	121.152	(265.079)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas**d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	30/06/2025				31/12/2024
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
Redução Valor Recuperável Ativos - Água Industrial	45 anos	7.258	1.814	653	2.467	2.514
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	24 anos	1.710.755	427.689	153.968	581.657	496.376
Redução Valor Recuperável Ativos - Resíduos Sólidos	15 anos	14.297	3.574	1.287	4.861	5.756
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.169.650	292.413	105.268	397.681	388.066
Arrendamento - Litoral (Ativo)	12 anos	305.628	76.407	27.506	103.913	106.427
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	8 anos	4.163	1.041	375	1.416	1.416
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	571.606	142.902	51.444	194.346	210.701
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	154.009	38.502	13.861	52.363	59.289
AVP de Contas a Receber	5 anos	54.837	13.710	4.935	18.645	19.274
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	378	94	34	128	115
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	46.597	11.649	4.194	15.843	18.146
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	107.417	26.854	9.668	36.522	5.993
AVJ - Precatório a Receber	2 anos	185.481	46.370	16.693	63.063	-
Plano de Demissão Voluntária - PDV	1 ano	154.153	38.538	13.874	52.412	-
Provisão para PPR	1 ano	112.596	28.149	10.134	38.283	40.195
Valor Realizável Líquido de Estoque	1 ano	267	67	24	91	91
Totais			1.149.773	413.918	1.563.691	1.354.359
PASSIVO						
Mais Valia Imobilizado Aquisição CS Bioenergia	49 anos	4.182	1.045	377	1.422	1.459
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	24 anos	1.258.845	314.711	113.296	428.007	409.702
Reserva de Reavaliação	23 anos	66.880	16.720	6.019	22.739	23.731
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.716	2.929	1.054	3.983	3.983
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	18 anos	92.862	23.216	-	23.216	23.797
Arrendamento - Litoral (Passivo)	12 anos	166.680	41.670	15.001	56.671	57.392
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	10 anos	5.928	1.482	533	2.015	2.061
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	111.964	27.991	10.077	38.068	45.116
Totais			429.764	146.357	576.121	567.241
Total Líquido			720.009	267.561	987.570	787.118

Notas Explicativas**e) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 30 de junho de 2025, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2025	84.053	30.259	114.312	12.504	4.263	16.767
2026	147.947	53.261	201.208	25.007	8.525	33.532
2027	128.795	46.366	175.161	25.007	8.525	33.532
2028	83.667	30.120	113.787	25.007	8.525	33.532
2029	103.187	37.147	140.334	27.806	9.533	37.339
2030 a 2032	134.916	48.570	183.486	58.227	19.529	77.756
2033 a 2035	133.875	48.195	182.070	58.071	19.473	77.544
2036 a 2038	120.587	43.411	163.998	50.512	16.752	67.264
2039 a 2041	84.209	30.315	114.524	46.889	15.447	62.336
2042 a 2044	54.721	19.699	74.420	44.309	15.474	59.783
2045 a 2047	54.721	19.700	74.421	42.470	15.289	57.759
2048 a 2050	18.322	6.596	24.918	13.457	4.845	18.302
2051 a 2053	122	44	166	65	23	88
2054 a 2056	122	44	166	65	23	88
2057 a 2059	122	44	166	65	23	88
2060 a 2062	122	44	166	65	23	88
2063 a 2065	122	44	166	65	23	88
2066 a 2068	122	44	166	65	23	88
2069 a 2071	41	15	56	65	23	88
2072 a 2074	-	-	-	43	16	59
Totais	1.149.773	413.918	1.563.691	429.764	146.357	576.121

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R\$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o 2º trimestre de 2025 foi de R\$1.780 (R\$1.780 no mesmo período de 2024). O saldo em 30 de junho de 2025 é de R\$5.933 (R\$9.493 em 2024), sendo R\$3.560 (R\$3.560 em 2024) registrados no passivo circulante e R\$2.373 no passivo não circulante (R\$4.153 em 2024).

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**a) Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes****(i) Trabalhistas**

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária) e sindicatos, reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) reintegração funcional; iii) equiparação salarial; e iv) integração do vale-alimentação.

Notas Explicativas

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material; ii) ações em massa por falta de água e iii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), taxas municipais e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações de IPTU e taxas relacionam-se com questionamentos dos municípios de Curitiba e Londrina. E as principais ações de ISSQN relacionam-se com questionamentos dos municípios de Maringá e Araucária.

b) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	30/06/2025
Ações Trabalhistas (i)	451.992	102.255	(14.722)	(197.099)	342.426
Ações Cíveis (ii)	137.495	93.501	(6.436)	(26.701)	197.859
Ações Ambientais (iii)	25.986	1.734	(278)	(741)	26.701
Ações Tributárias (iv)	4.236	2.629	(22)	(2.223)	4.620
Totais	619.709	200.119	(21.458)	(226.764)	571.606

Principais eventos no período:

Redução das provisões trabalhistas (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$211.821, em razão do arquivamento e baixas parciais de processos, principalmente de ações movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, no valor de R\$41.844, compensado pelo complemento de provisões trabalhistas no montante de: i) R\$11.441, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; e ii) R\$90.814 referente a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais, bem como o registro de 50 novas ações no período;

Complemento de provisões cíveis (Adições) no montante de: i) R\$54.020 referente ação movida pela Construtora Itaú relativa a reequilíbrio econômico-financeiro de Contrato de Obra; e ii) R\$39.481 referente a atualização dos valores provisionados de ações cíveis devido a decisões judiciais, bem como o registro de 57 novas ações no período, compensado pela redução das provisões cíveis (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$33.137, principalmente pelo encerramento e baixas de ações judiciais de indenização por danos morais e materiais, dentre elas destacam-se as indenizações por corte, cobranças indevidas e refluxos de esgoto.

Notas Explicativas

Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	30/06/2025	31/12/2024
Ações Trabalhistas (i)	70.647	76.052
Ações Cíveis (ii)	1.461.341	1.408.775
Ações Ambientais (iii)	290.100	286.292
Ações Tributárias (iv)	32.135	23.203
Totais	1.854.223	1.794.322

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	30/06/2025	31/12/2024
Ações Trabalhistas (i)	198.950	323.702
Ações Cíveis (ii)	65.838	84.483
Ações Ambientais (iii)	17.531	14.346
Ações Tributárias (iv)	12.356	13.525
Totais	294.675	436.056

Principais eventos no período de 2025:

Baixas de depósitos judiciais de natureza trabalhistas em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R\$190.873, compensado pelo registro de novos depósitos judiciais e atualização no valor de R\$66.121, dos quais novos depósitos judiciais e atualizações se referem a ações movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, que estão relacionadas com diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, no montante de R\$8.125;

Baixas de depósitos judiciais de natureza cível em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R\$30.403, compensado pelo registro de novos depósitos judiciais e atualização no valor de R\$11.758 que estão relacionadas principalmente com cobrança indevida de clientes e danos morais e materiais.

Notas Explicativas

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria Fusanprev que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). No 1º semestre de 2025 a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$23.572 (R\$20.806 no mesmo período de 2024) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 65,7% pela patrocinadora e 34,3% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, no 1º semestre de 2025, o montante de R\$56.161 (R\$51.752 no mesmo período de 2024).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução nº 110/22 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	30/06/2025	31/12/2024
Circulante	25.105	52.872	77.977	76.091
Não Circulante	351.465	740.208	1.091.673	1.065.280
Totais	376.570	793.080	1.169.650	1.141.371

Notas Explicativas

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2025:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2025
Custo do Serviço Corrente	5.464	1.839	7.303
Custo dos Juros	152.546	86.804	239.350
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(111.287)	-	(111.287)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(30.220)	(48.587)	(78.807)
Totais	16.503	40.056	56.559

O montante de R\$56.559 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2025, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até o 2º trimestre de 2025 o montante de R\$28.279 (R\$25.031 no mesmo período de 2024). No final do exercício de 2025 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev

Em 29/12/2022, o Conselho de Administração, na 23ª/2022 Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – Fusanprev referente ao Exercício de 2021, no valor de R\$81.152 apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit está sendo equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$40.576, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2023 e finalizando em dezembro de 2035, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R\$367. A amortização mensal das parcelas é pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 5,31% ao ano e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev. O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados.

As contribuições da Companhia até o 2º trimestre de 2025, foram de R\$2.659. Em 2024 foram amortizadas 12 parcelas no montante de R\$5.140. As parcelas de abril de 2023 a março de 2024 foram amortizadas utilizando o saldo do Fundo de Desligamento do plano Fusanprev no montante de R\$5.012, sem desenhaxe financeiro para a Companhia.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	78.927	86.906	-	-	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	93.254	85.828	-	-
Contas a Receber	16.670	15.254	-	-	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	9.836	7.811	-	-
Serviços de Cobrança Taxa Coleta de Lixo	-	-	-	-	12.986	12.761	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	57.454	67.456	-	-
Contas a Receber	49.482	52.545	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	-	-	40.877	34.342	-	-	72.022	70.198
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	-	-	343	331
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	79.733	72.558
Tecpar								
ISO e plano segurança da água	-	-	-	-	-	-	5	-
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	14	14	-	-	82	97
Investimento em Ação	5	5	-	-	-	-	-	-
Juros a Receber	12	12	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	-	-	-	-	1.865	3.108
Ceasa								
Destinação de Resíduos Orgânicos	-	-	-	-	403	569	-	-
Total	66.169	67.816	119.818	121.262	173.933	174.425	154.050	146.292

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2025 foi aprovada pela 61ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2025, no montante global de R\$18.565. Para o exercício de 2024 a aprovação se deu pela 60ª/2024 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, no montante de R\$17.752.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Remuneração	5.897	5.995
Encargos e Benefícios	2.024	2.201
Encargos Sociais	1.895	2.080
Plano de Saúde (Sanesaúde)	59	56
Plano de Previdência (Fusanprev)	70	62
Programas Complementares	-	3
Totais	7.921	8.196

Notas Explicativas

21. PROVISÃO PASSIVO REGULATÓRIO

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 – Precatório a Receber, a Companhia obteve êxito em ação movida contra a União decorrente da imunidade tributária de IRPJ, e considerando as regras da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar), que considera o percentual de 75% de compartilhamento da rubrica de “Ganhos com Recuperação de Créditos Fiscais”, até o 2T25 foi reconhecida uma provisão no montante de R\$2.977.810, registrada no Passivo Não Circulante.

O passivo regulatório foi mensurado considerando as mesmas premissas utilizadas para mensuração do direito a receber do ativo (precatório), ou seja, o passivo regulatório foi reconhecido na proporção de 75% do direito a receber do precatório, líquido de Cofins/Pasep.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Contratos e Convênios com Terceiros (1)	79.215	56.633
Convênios com Municípios	28.092	26.381
Cauções e Valores a Reembolsar	17.187	15.258
Parcelamento IBAMA - PRD (2)	358	365
Parcelamento IAT (3)	796	1.197
TCCM IBAMA (4)	87.631	87.631
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	40.877	34.342
Totais	254.156	221.807
Circulante	165.945	133.511
Não Circulante	88.211	88.296

- (1) Valor referente a convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre a Companhia, a Itaipu e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu - PTI, para ações de infraestrutura de saneamento e de monitoramento dos recursos hídricos e da saúde pública, visando a promoção de melhorias ambientais, sociais e econômicas na região Oeste do Paraná;
- (2) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA;
- (3) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Água e Terra - IAT;
- (4) 2 (dois) Termos de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, na modalidade direta, que consolidou o valor do débito de 5 (cinco) Autos de Infrações Ambientais – AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA no ano de 2012, no montante de R\$ 87.631, a ser aplicado diretamente pela Companhia ao longo de 120 (cento e vinte) meses em Ações Ambientais relacionadas a execução de projeto ambiental denominado "Requalificação dos complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno".

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

Notas Explicativas

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de junho de 2025, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$7,80 (R\$7,17 em 31 de dezembro de 2024).

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025 é de R\$6.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$5.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	0,0	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,5	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	66.950.477	13,3	321.117.345	31,9	388.067.822	25,7
Demais Investidores	134.131.007	26,6	680.790.949	67,6	814.921.956	53,9
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reservas de Lucros

b.1) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

b.2) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

b.3) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

Notas Explicativas

c) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até o 2º trimestre de 2025, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$1.926 (R\$2.085 no mesmo período de 2024), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Saldos no início do período	46.067	50.164
Realização da Reserva de Reavaliação	(2.918)	(3.159)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	992	1.074
Saldos no final do período	44.141	48.079

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$89 (R\$91 no mesmo período de 2024), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/06/2025	30/06/2024
Saldos no início do período	4.001	4.205
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(134)	(138)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	46	47
Saldos no final do período	3.913	4.114

e) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

Notas Explicativas

f) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 28 de abril de 2025, a 61ª Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2024, no montante bruto de R\$462.869, que líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte representava R\$412.864, sendo que até o dia 30/06/2025, foi quitado o montante de R\$412.427.

g) Resultado por Ação

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2024	2023
Ações Ordinárias	0,28714	0,28064
Ações Preferenciais	0,31586	0,30870
Valor para 1 "Unit"	1,55060	1,51544

Em junho de 2025, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou na 12ª/2025 Reunião Extraordinária, de 18 de junho de 2025, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio observando o limite legal da variação da TJLP no período, com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2025. O valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados para o 1º semestre de 2025, foi de R\$420.369, sendo retido o valor de R\$43.339 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte. Esse crédito gerou uma economia tributária de R\$142.926.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	30/06/2025	30/06/2024
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	459.950	235.921
Ações preferências	1.011.891	519.027
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,91308	0,46834
Por ação preferencial	1,00439	0,51518

Notas Explicativas**24. RECEITAS OPERACIONAIS**

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Receitas				
Receitas de Água	1.086.681	1.058.040	2.241.820	2.153.788
Receitas de Esgoto	692.032	675.879	1.417.729	1.353.427
Receitas de Serviços	32.248	34.803	68.955	68.784
Receitas de Resíduos Sólidos	5.767	3.925	9.836	7.811
Serviços Prestados a Prefeituras	6.544	6.380	12.986	12.761
Doações efetuadas por Clientes	6.699	10.114	19.803	20.633
Outras Receitas	3.124	1.577	5.757	3.116
Totais das Receitas Operacionais	1.833.095	1.790.718	3.776.886	3.620.320
Deduções das Receitas Operacionais				
COFINS	(104.941)	(104.055)	(218.783)	(212.307)
PASEP	(22.783)	(22.411)	(47.499)	(45.749)
Totais das Deduções	(127.724)	(126.466)	(266.282)	(258.056)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.705.371	1.664.252	3.510.604	3.362.264

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$52.275 (R\$38.139 no mesmo período de 2024), até o 2º trimestre de 2025, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/04/2025 a 30/06/2025			01/04/2024 a 30/06/2024		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal (1)	(99.211)	(51.385)	(150.596)	(113.565)	(55.829)	(169.394)
Materiais	(39.119)	(27.143)	(66.262)	(36.756)	(29.244)	(66.000)
Energia Elétrica	(90.179)	(14.133)	(104.312)	(123.453)	(18.711)	(142.164)
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-	(11.047)	(11.047)	-	(11.851)	(11.851)
Serviços de Terceiros	(115.059)	(77.785)	(192.844)	(93.823)	(63.749)	(157.572)
Depreciações e Amortizações	(62.172)	(59.721)	(121.893)	(55.217)	(53.572)	(108.789)
Indenizações por Danos a Terceiros	(3.518)	(1.303)	(4.821)	(2.368)	(912)	(3.280)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(20.119)	(16.979)	(37.098)	(19.278)	(16.329)	(35.607)
Outros Custos	(27.822)	(6.660)	(34.482)	(31.859)	(9.107)	(40.966)
Totais	(457.199)	(266.156)	(723.355)	(476.319)	(259.304)	(735.623)
Descrição	01/01/2025 a 30/06/2025			01/01/2024 a 30/06/2024		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal (1)	(299.370)	(133.485)	(432.855)	(215.390)	(104.022)	(319.412)
Materiais	(79.587)	(55.065)	(134.652)	(73.852)	(55.810)	(129.662)
Energia Elétrica	(181.118)	(29.990)	(211.108)	(247.018)	(38.075)	(285.093)
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-	(25.781)	(25.781)	-	(17.802)	(17.802)
Serviços de Terceiros	(211.663)	(145.832)	(357.495)	(179.039)	(126.324)	(305.363)
Depreciações e Amortizações	(122.199)	(118.779)	(240.978)	(108.128)	(105.436)	(213.564)
Indenizações por Danos a Terceiros	(10.887)	(5.881)	(16.768)	(2.923)	(1.054)	(3.977)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(38.955)	(33.067)	(72.022)	(38.011)	(32.187)	(70.198)
Outros Custos	(58.506)	(14.676)	(73.182)	(60.572)	(15.810)	(76.382)
Totais	(1.002.285)	(562.556)	(1.564.841)	(924.933)	(496.520)	(1.421.453)

(1) Valor impactado, principalmente, pela provisão do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no período.

Notas Explicativas**26. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS**

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Comerciais				
Pessoal (1)	(35.693)	(40.968)	(107.815)	(76.938)
Materiais	(2.158)	(2.758)	(4.557)	(4.999)
Serviços de Terceiros	(56.204)	(51.137)	(112.104)	(97.451)
Depreciações e Amortizações	(3.557)	(2.993)	(6.751)	(5.876)
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(63.604)	(31.196)	(146.182)	(61.105)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.106)	(9.498)	(7.733)	(9.619)
Programa Sanepar Rural	(1.624)	(1.905)	(2.901)	(2.953)
Outras Despesas	(557)	(492)	(1.869)	(815)
Totais das Despesas Comerciais	(164.503)	(140.947)	(389.912)	(259.756)
Administrativas				
Pessoal (1)	(193.021)	(213.870)	(528.986)	(411.335)
Materiais	(10.742)	(12.394)	(21.923)	(22.852)
Serviços de Terceiros (2)	(42.576)	(46.270)	(213.840)	(84.050)
Depreciações e Amortizações	(28.471)	(25.461)	(57.526)	(51.192)
Taxa de Regulação	(9.609)	(9.159)	(19.211)	(18.319)
Despesas com Viagens	(2.378)	(1.694)	(3.797)	(2.848)
Custas Legais e Judiciais	(1.504)	(1.891)	(3.077)	(2.974)
Doações Incentivadas (IRPJ)	(5.890)	-	(8.120)	-
Programas Sociais e Ambientais	(5.209)	(3.294)	(13.812)	(9.875)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.246)	(28.817)	(4.063)	(29.381)
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(557)	(5.534)	(4.360)	(7.212)
Taxas, Alvaras e Licenciamento	(1.685)	(7.591)	(2.732)	(7.974)
Outras Despesas	(8.210)	(6.790)	(17.759)	(13.864)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	30.322	34.829	58.638	64.024
Despesas Capitalizadas (4)	31.244	28.887	61.753	57.477
Totais das Despesas Administrativas	(249.532)	(299.049)	(778.815)	(540.375)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Receitas				
Venda de Ativos	393	626	2.950	861
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	114	227	249	228
Subtotal Outras Receitas Operacionais	507	853	3.199	1.089
Despesas				
Perdas Eventuais	37	(35)	(733)	(255)
Multas Ambientais	(68)	(3.173)	(814)	(3.177)
Baixas de Ativos	(1.013)	(4.397)	(2.179)	(5.583)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(279)	(80)	(289)	(136)
Subtotal Outras Despesas Operacionais	(1.323)	(7.685)	(4.015)	(9.151)
Totais Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(816)	(6.832)	(816)	(8.062)

(1) Valor impactado, principalmente, pela provisão do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no período;

(2) Reflexo da provisão de serviços advocatícios relacionados com os Precatórios a Receber da ação do IRPJ;

(3) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia.

Notas Explicativas

27. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$112.596 (R\$57.753 no mesmo período de 2024), a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecida para o exercício de 2025, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. No 2T25, foi realizado a reversão do montante de R\$10.122, referente à Participação nos Resultados, em razão do não atingimentos das metas e da performance estabelecidas pela Administração para o exercício de 2024.

28. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
Receitas Financeiras				
Aplicações Financeiras	70.141	51.458	131.832	100.360
Variações Monetárias Ativas	23.677	28.219	48.685	51.100
Variações Cambiais Ativas	1.700	-	14.004	-
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	24.702	12.440	27.635	12.440
Outras Receitas Financeiras	10.604	12.693	31.019	23.584
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	(6.897)	-	(111.331)	-
Subtotal	123.927	104.810	141.844	187.484
Juros Auferidos - Receita Precatórios (1)	52.223	-	2.200.008	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber (2)	63.867	-	63.867	-
Totais das Receitas Financeiras	240.017	104.810	2.405.719	187.484
Despesas Financeiras				
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos (3)	(136.977)	(125.060)	(268.541)	(247.452)
Variações Monetárias Passivas	(28.166)	(18.348)	(73.288)	(51.341)
Variações Cambiais Passivas	(9.142)	(10.523)	(13.663)	(11.065)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros (4)	(24.045)	(3.675)	(38.336)	(4.391)
AVP sobre Ativos Financeiros Contratuais (5)	(182.436)	(4)	(182.437)	(30)
Outras Despesas Financeiras	(767)	(296)	(935)	(829)
Subtotal	(381.533)	(157.906)	(577.200)	(315.108)
Provisão Passivo Regulatório (6)	(39.168)	-	(1.575.102)	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber (2)	-	-	(249.348)	-
Totais das Despesas Financeiras	(420.701)	(157.906)	(2.401.650)	(315.108)
Resultado Financeiro	(180.684)	(53.096)	4.069	(127.624)

(1) Valor proveniente da atualização dos Precatórios a Receber relativos à ação do indébito tributário do IRPJ;

(2) Valor referente ao Ajuste a Valor Justo do Precatórios a Receber da Ação do IRPJ, inscrito no Orçamento da União (LOA 2025);

(3) Aumento da base de cálculo dos juros em função da captação de recursos de terceiros, principalmente referente aos valores da 14ª emissão de debêntures;

(4) Impacto negativo da variação do Euro sobre as operações de SWAP contratadas pela Companhia;

(5) Valor referente ao Ajuste a Valor Presente dos Ativos Financeiros Contratuais;

(6) Provisão Regulatória relativa à ação do indébito tributário do IRPJ sobre o reflexo financeiro a ser compartilhado com os clientes da Companhia em faturamentos futuros de serviços de saneamento básico.

Notas Explicativas**29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2025 a 30/06/2025			01/01/2024 a 30/06/2024		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	2.293.080	1.445.260	3.738.340	2.206.187	1.377.623	3.583.810
Outras Receitas Operacionais	21.311	17.235	38.546	20.330	16.180	36.510
Total da Receita Operacional Bruta	2.314.391	1.462.495	3.776.886	2.226.517	1.393.803	3.620.320
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(147.324)	(118.958)	(266.282)	(143.699)	(114.357)	(258.056)
Receita Operacional Líquida	2.167.067	1.343.537	3.510.604	2.082.818	1.279.446	3.362.264
Custo	(1.002.285)	(562.556)	(1.564.841)	(924.933)	(496.520)	(1.421.453)
Lucro Bruto	1.164.782	780.981	1.945.763	1.157.885	782.926	1.940.811
Despesas Comerciais	(215.567)	(174.345)	(389.912)	(144.643)	(115.113)	(259.756)
Despesas Administrativas	(430.577)	(348.238)	(778.815)	(300.903)	(239.472)	(540.375)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.136.097	918.845	2.054.942	(4.489)	(3.573)	(8.062)
Resultado Financeiro	31.819	(27.750)	4.069	(47.711)	(79.913)	(127.624)
Programa de Participação nos Resultados	(56.654)	(45.820)	(102.474)	(32.159)	(25.594)	(57.753)
Provisões	26.874	21.229	48.103	54.358	43.459	97.817
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(15.633)	(12.646)	(28.279)	(13.938)	(11.093)	(25.031)
Provisão Passivo Regulatório	(775.503)	(627.205)	(1.402.708)	-	-	-
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	865.638	485.051	1.350.689	668.400	351.627	1.020.027
Imposto de Renda e Contribuição Social	77.644	43.508	121.152	(173.699)	(91.380)	(265.079)
Lucro Líquido do Período	943.282	528.559	1.471.841	494.701	260.247	754.948
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	37,4%	33,2%	35,8%	32,1%	27,5%	30,3%
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	43,5%	39,3%	41,9%	23,8%	20,3%	22,5%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	370.640	728.132	1.098.772	343.533	527.814	871.347
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP's	2.877.131	3.820.941	6.698.072	2.847.649	3.537.650	6.385.299
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, Líquidos	6.574.247	8.903.116	15.477.363	6.155.000	7.879.264	14.034.264
Depreciações e Amortizações do Período	(157.735)	(147.520)	(305.255)	(139.907)	(130.725)	(270.632)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.516.636	612.357	2.128.993	1.527.458	583.019	2.110.477
Total do Ativo	10.582.807	14.331.673	24.914.480	8.656.224	11.081.181	19.737.405
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	5.640.015	7.490.159	13.130.174	4.262.400	5.295.203	9.557.603
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.506.210	2.611.716	-	3.464.831	2.540.752	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	295.007	238.594	-	292.617	232.877	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

Notas Explicativas

30. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$2.190.004, com vigência abrangendo o período de 13/03/2025 a 12/03/2026, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	1.249.491
Máquinas, Equipamentos e Veículos	860.681
Estoque	79.832
Totais	2.190.004

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de junho de 2025 a Companhia ofereceu garantias por meio do Seguro Garantia em 381 processos judiciais no montante de R\$381.166 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 15/06/2027.

A Companhia também firmou contrato com a AKAD Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 16/01/2026.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 25 de julho de 2025 houve depósito do Precatório, decorrente da Ação Originária 00080669619944013400 em face da União, no montante de R\$4.267,9 milhões, sendo que o valor está à disposição do Juízo da Execução (e não em poder da Companhia), em conta judicial do processo vinculado à Companhia. O Escritório de Advocacia contratado pela Companhia está diligenciando, na forma mais apropriada, os próximos andamentos visando seu levantamento. Por não existir um prazo concreto para a liberação dos recursos em favor da Companhia, a Administração avaliou junto aos assessores jurídicos ser apropriado a manutenção dos precatórios no ativo não circulante. O direito do Precatório a Receber está registrado e divulgado nas Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e “ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - DVA

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 07 de agosto de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-008.839/F-9

Ricardo Engel
Contador CRC 1PR-052.941/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

Curitiba, 29 de julho de 2025.

WILSON BLEY LIPSKI
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

BIHL ELERIAN ZANETTI
Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI
Diretor Jurídico

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor Administrativo

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar referentes ao período findo em 30 de junho de 2025.

Curitiba, 07 de agosto de 2025.

WILSON BLEY LIPSKI
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

BIHL ELERIAN ZANETTI
Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI
Diretor Jurídico

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor Administrativo

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios